

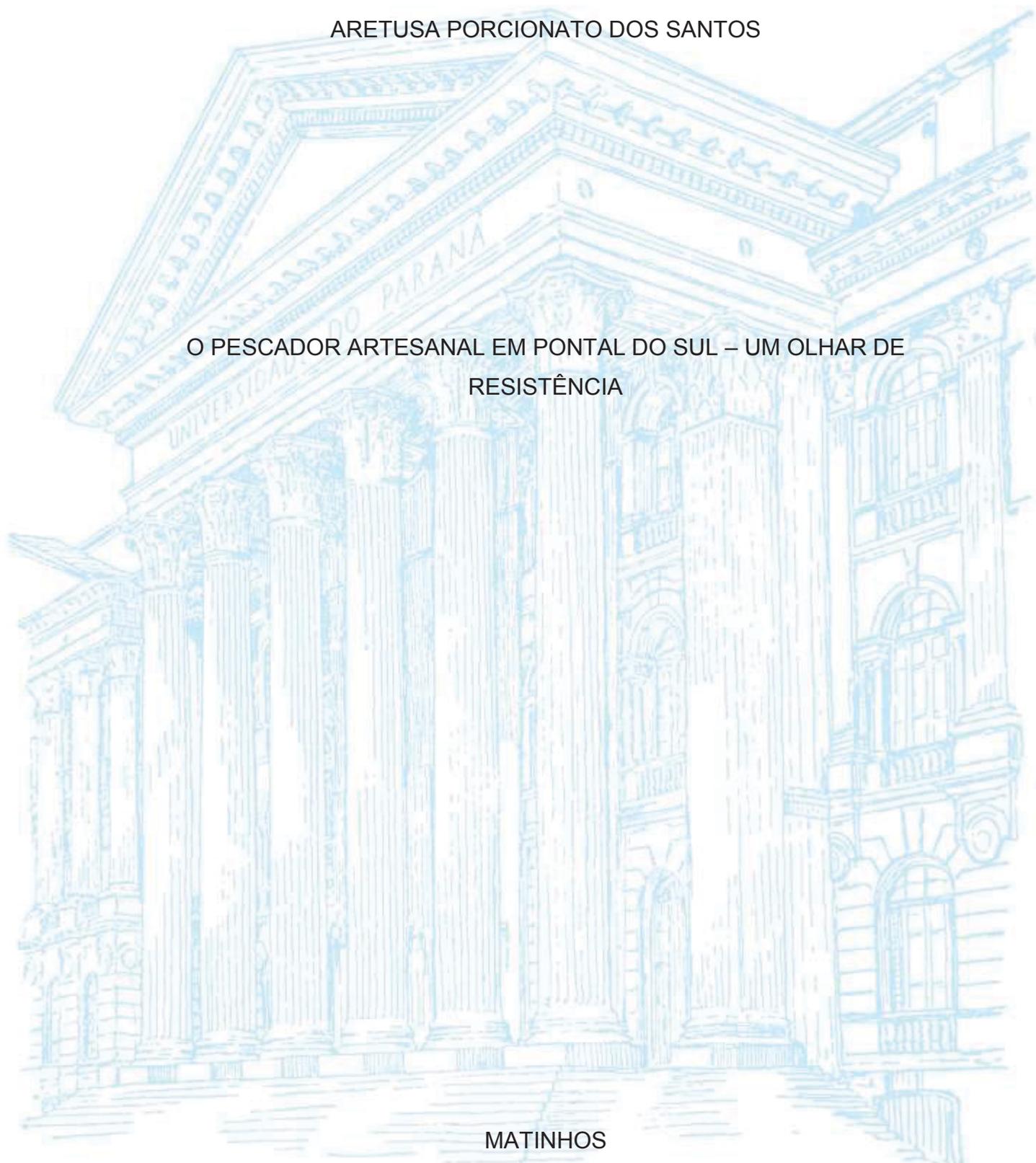
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ARETUSA PORCIONATO DOS SANTOS

O PESCADOR ARTESANAL EM PONTAL DO SUL – UM OLHAR DE
RESISTÊNCIA

MATINHOS

2019



ARETUSA PORCIONATO DOS SANTOS

O PESCADOR ARTESANAL EM PONTAL DO SUL – UM OLHAR DE
RESISTÊNCIA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais, da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino das Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Lorival de Moraes Fidelis

MATINHOS

2019

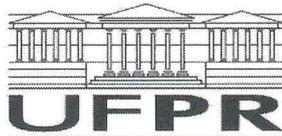
Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

S237b Santos, Aretusa Porcionato dos
O pescador artesanal em Pontal do Sul – um olhar de resistência / Aretusa Porcionato dos Santos ; orientador Lorival de Moraes Fidelis. – 2019.
108 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2019.

1. Pontal do Sul (Pontal do Paraná). 2. Pesca (Pontal do Sul). 3. Pesca artesanal. 4. Litoral do Paraná. I. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais. II. Título.

CDD – 639.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO
PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS
CIÊNCIAS AMBIENTAIS - 33002045070P4

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ARETUSA PORCIONATO DOS SANTOS** intitulada: **O Pescador Artesanal em Pontal do Sul : um olhar de resistência.**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 10 de Maio de 2019.

LOURIVAL DE MORAES FIDELIS

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

DANIELLE MARAFON

Avaliador Externo (UNESPAR)

EDUARDO HARDER

Avaliador Interno (UFPR)

Marielle, presente!

AGRADECIMENTOS

Foi fundamental o apoio de várias pessoas nesse caminhar.

Ao meu orientador, mediador sábio, paciente e sobretudo humano. Professor Lourival, sua sensibilidade foi decisiva nesta jornada. Ao professor Eduardo Harder, pela sua cordial e serena disponibilidade e suas relevantes contribuições. A vocês, minha admiração, gratidão e respeito.

Agradeço a minha família e seu amor incondicional, especialmente ao meu amado sobrinho Gabriel – para vocês o meu melhor.

Às amigas companheiras de mestrado Gisele, Monique, Elisângela e Carol – compartilhamos, amadurecemos e seguiremos juntas!

Às demais amigas e amigos que sempre estiveram presentes com palavras de apoio e incentivo. Obrigada! Muito carinho por vocês!

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Rede para o Ensino de Ciências Ambientais Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, e aos professores Roberto Martins e Danielle Marafon, pela disposição na apreciação e por suas contribuições como banca de avaliação deste trabalho.

Agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

Agradeço especialmente aos pescadores, por sua confiança ao dialogar sobre suas dificuldades, dores e amores, e compartilhar seus saberes, histórias de vida, de luta e de esperanças. Muito obrigada!

Do que eu ouvi, colhi essas histórias. Nada perguntei. Uma intervenção fora de hora pode ameaçar a naturalidade do fluxo da voz de quem conta. Acato as histórias que me contam. Do meu ouvir, deixo só gratidão e evito a instalação de qualquer suspeita. Assim caminho por entre vozes. Muitas vezes ouço falas de quem não vejo nem o corpo. Nada me surpreende do invisível que colho. Sei que a vida não pode ser vista só a olho nu. De muitas histórias já sei, pois vieram das entranhas do meu povo. O que está guardado na minha gente, em mim dorme um leve sono. E basta apenas um breve estalar de dedos, para as incontidas águas da memória jorrarem os dias de ontem sobre os dias de hoje. Nesses momentos, em voz pequena, antes de escrever, repito intimamente as passagens que já sei desde sempre. Não de me perguntar: porque ouço então as outras vozes, se já sei. Ouço pelo prazer da confirmação. Ouço pela partilha da experiência de quem conta comigo e comigo conta. Outro dia me indagaram sobre a verdade das histórias que registro. Digo isto apenas: escrevo o que a vida me fala, o que capto de muitas vivências. Escrevivências. Ah, digo mais. Cada qual crê em seus próprios ministérios. Cuidado tenho. Sei que a vida está para além do que pode ser visto, dito ou escrito. A razão pode profanar o enigma e não conseguir esgotar o profundo sentido da parábola.

(EVARISTO, Conceição, 2017, p. 17)

RESUMO

Este trabalho de dissertação teve por finalidade estudar os conflitos que envolvem os territórios e cercam as territorialidades dos pescadores artesanais de Pontal do Sul. Aponta para algumas chaves interpretativas dos mesmos, especialmente sobre o período que precede a construção da rodovia que viabilizaria a implantação de um complexo portuário industrial na região. Para isso, fez-se necessário revisitar alguns dos motivos de tensão numa perspectiva socioambiental, elaborando a reflexão a partir dos lugares marcados do grupo social, na tentativa de situar esta pesquisa o mais próxima possível da realidade. Estas dimensões foram estudadas a partir dos referenciais teóricos da sociologia rural, da etnografia e das ciências ambientais. Para tanto, foi escolhida a etnofotografia como método e se serve da antropologia para revelar algumas das representações sobre os imaginários socialmente partilhados pela comunidade. O uso da imagem como instrumento analítico reporta a sua condição de produto e produtora de significados que remetem a percepção de uma estrutura social e a narrativa visual potencializa às interpretações. Assim, partimos da observação de como o pescador artesanal se insere ali, e as suas perspectivas através da ótica dos conflitos que envolvem seus modos de vida, analisando a importância de seus saberes na conservação e preservação do ambiente num contexto histórico.

Palavras-chave: Pesca Artesanal. Territórios. Territorialidades. Conflitos. Etnofotografia.

ABSTRACT

This dissertation aimed to study the conflicts that surround the territories and the territorialities of the artisanal fishermen of Pontal do Sul. It shows to some interpretative points of the fishermen, especially on the period that precedes the construction of the highway that would make feasible the implantation of a industrial port complex in the region. In order to do so, it was necessary to revisit some of the reasons that involve the socioenvironmental perspective, by elaborating the reflection from the marked places of the social group, in an attempt to situate this research as close to reality as possible. These dimensions were studied from the theoretical references of rural sociology, ethnography and environmental sciences. For this purpose, ethnography was chosen as a method and used anthropology to reveal some of the representations about the imaginary socially shared by the community. The use of the photos as an analytical instrument reports its condition of product and producer of meanings that remit the perception of a social structure and the visual narrative potentiates the interpretations. Thus, we start from the observation of how the artisanal fishermen is inserted in Pontal do Sul, and their perspectives through the perspective of the conflicts that surround his ways of life, analyzing the importance of his knowledge in the conservation and preservation of the environment in a historical context.

Keywords: Artisanal Fishing. Territories. Territorialities. Conflicts. Ethnography.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - CAMINHOS	51
IMAGEM 2 - TERRITÓRIOS	52
IMAGEM 3 - PORTO	54
IMAGEM 4 - EMBARCAÇÃO	56
IMAGEM 5 - CONSTRUINDO A CANOA	57
IMAGEM 6 - CALAFETANDO	58
IMAGEM 7 - "DEMÃO" DE TINTA.....	59
IMAGEM 8 - PONTO DE VISTA.....	60
IMAGEM 9 - OLHAR	61
IMAGEM 10 - COZIDO.....	62
IMAGEM 11 - DEFUMANDO A CAMBIRA.....	63
IMAGEM 12 - PIRÃO	64
IMAGEM 13 - TERREIRO	65
IMAGEM 14 - MEDICINA POPULAR.....	66
IMAGEM 15 - INFORMATIVO APAPSUL	69
IMAGEM 16 - UM OLHAR DE RESISTÊNCIA.....	73
IMAGEM 17 - TERRITÓRIOS EM DISPUTA	75
IMAGEM 18 - EMBARCAÇÕES.....	77
IMAGEM 19 - PERCURSO	83
IMAGEM 20 – FOLHAS DE TUCUM.....	86
IMAGEM 21 - TUCUM.....	87
IMAGEM 22 - HORIZONTE.....	90
IMAGEM 23 - FUTURO.....	91
IMAGEM 24 – PRODUÇÃO SIMBÓLICA.....	92

SUMÁRIO

1 BREVE APRESENTAÇÃO: MOTIVAÇÕES E DESAFIOS.....	16
2 INTRODUÇÃO.....	18
2.1 APRESENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.....	18
2.2 SUBJETIVIDADE.....	21
2.3 CENÁRIO.....	23
2.4 TERRITÓRIOS EM DISPUTA.....	25
2.5 JUSTIFICATIVA.....	28
2.6 OBJETIVOS.....	31
2.6.1 Objetivo Geral.....	31
2.6.2 Objetivos específicos.....	31
3 METODOLOGIA.....	32
3.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	32
3.2 NARRATIVA VISUAL – ETNOFOTOGRAFIA.....	37
4 ENSAIO TEÓRICO.....	40
4.1 SUJEITO SOCIAL.....	40
4.2 MEMÓRIAS SOBRE A PESCA - UM PEQUENO RETRATO.....	45
4.2.1 Quem é do mar não enjoa.....	45
4.3 MEMÓRIAS SOBRE A PESCA - ENTIDADES REPRESENTATIVAS, PARCERIAS E LEGISLAÇÃO.....	67
4.4 PESCA INDUSTRIAL X PESCA ARTESANAL.....	81
4.5 CONFLITOS.....	82
5 RESULTADOS.....	95
5.1 AUTONOMIA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA.....	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	103

1 BREVE APRESENTAÇÃO: MOTIVAÇÕES E DESAFIOS.

São muitas as dificuldades que envolvem a prática da pesquisa e o ensino no meu (vi)ver.

Primeiramente as Ciências Ambientais não fazem parte (diretamente) da minha formação acadêmica e (ainda) de atuação profissional, e o medo de não me fazer suficiente diante desse desafio me faz abraçar temas demasiadamente extensos. Um tanto polêmicos também. Mas a imparcialidade não existe, ainda mais em Educação.

Engoli livros, mastiguei informações, dormi, acordei, sonhei, divaguei, por diversas vezes, imersa nos temas da problemática ambiental e cada vez menos tenho digerido o que vem acontecendo a essas comunidades e seus modos de vida. Na minha rotina profissional, (há anos!) brigo mentalmente dia-a-dia com as imposições que o capital empresarial traz às dinâmicas de vida e da sociedade, e tenho observado em várias esferas os desafios de natureza ambiental e de sustentabilidade perdendo espaço sempre e sempre para as grandes corporações.

Inconformada de pai e mãe, rebelde de nome, sobrenome e apelido, em prol de coletivos, de liberdade e igualdade de direitos, respiro a resistência ao sistema que oprime e explora, e a favor das lutas étnicas e de gênero. Aspiro aos meus, lugar de fala e a legitimação do ser humano como tal em qualquer esfera. Vivo a utopia da busca pelo reconhecimento das diferenças, a favor do respeito as individualidades, singularidades e da heterogeneidade, na contracorrente dos processos desenvolvimentistas usurpadores de almas, afeita às novas práticas de produção e comércio, baseadas na solidariedade e na reapropriação social da natureza.

Enfim, sofro. E nos últimos tempos tenho sofrido cada vez mais, mexendo sempre um tanto mais na ferida, aprofundando os “temas” e dilemas. O “saber” dói. Mas também é nesse trabalho que me trato dessas e de muitas outras dores. Intercalo sempre as leituras com Paulo Freire e Brandão, anjos que me acalentam o espírito com suas palavras de luta e resistência, falas simples, geniais e tal qual os grandes mestres imortais.

Quem disse que seria fácil? Quem disse que a ciência não é incômoda e que se consegue manter o tempo inteiro o distanciamento a ponto de não chorar a cada luta, a cada página ou a cada avanço dos seus diante dos retrocessos do mundo... e

sofrendo protelo prazos, entregas e finalizações num sem contar de vira- páginas doloridas, lidas e escritas. Porque no fim, as pessoas que realmente importam.

Fui prolixa, repetitiva e insistente em meu texto na tentativa de fazer entender não a pesquisa em si, mas a pesquisa em mim... o meu pesar diante das dores do outro, que estou cada vez mais a enxergar e compartilhar... Talvez eu esteja “humana” demais pra falar de vidas, que não a minha própria. Mas ainda temos bastante chão para caminhar, pés descalços, cabeça e coração na mesma direção. Reconheço que, assim como eu nesta área, este texto ainda está um tanto tímido, imaturo e inseguro, mas cheio de vontade de se aventurar a ser cada vez melhor.

Agradeço a vocês, principalmente, a disponibilidade e a paciência neste construir.

2 INTRODUÇÃO

2.1 APRESENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

O pescador, os sujeitos do campo e do mar, com sua maneira singular de ver e viver o mundo, concentra na sua simplicidade e sabedoria suas maiores riquezas. Recebem-nos em suas casas com mãos estendidas, portas abertas e café na mesa, e sempre com um ensinamento, um “causo” ou uma nova lição. Seu modo de vida peculiar não os exclui da sociedade moderna, assim como o oposto não os descaracteriza como comunidade tradicional, porém a contemporaneidade exige deles uma maior e mais constante adaptação.

A relação desses sujeitos com os territórios que ocupam pode ser considerada um tipo específico de (co)dependência. Segundo Diegues, além de ser um espaço de reprodução econômica e de relações sociais, o território é também o cerne das representações e do imaginário e cosmogonia das sociedades tradicionais. (DIEGUES, 2001, p. 50).

Assim, o conceito de território no âmbito dessas comunidades alcança uma forma muito mais ampla que das sociedades urbanas e industriais, pois sua influência incide diretamente na cultura, no modo de vida e nas diversas manifestações de sociabilidade dessas populações. A territorialidade funciona como um fator identitário primacial e de interação (ALMEIDA, 1989).

As políticas de desenvolvimento, crescimento e de urbanização apontam para o que Wanderley (2001) chama de processo de homogeneização espacial e social, que se conduziria para uma crescente perda de nitidez dessas fronteiras territoriais e, sobretudo, preveem o fim das realidades socialmente distintas da realidade urbana (rural, tradicional, camponesa). Para Brandão (2007,2009), a racionalidade empresarial domina todo o cenário da cidade, do campo e das relações entre um e outro. Essa racionalidade altera estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços de vida, trabalho e produção. “Altera – às vezes depressa demais – espaços, terras, territórios, cenários, tempos e paisagens” (COSTA, 2011). Neste sentido, segundo o autor, defender as populações tradicionais é, em certa medida, defender o meio ambiente. Apesar da dinâmica dialética entre os conflitos ambientais territoriais, espaciais e distributivos, que, na prática ocorrem simultaneamente, procuramos analisar a região de Pontal do Sul, no Paraná, sob a ótica dos conflitos ambientais

territoriais – em que existe sobreposição de reivindicações de grupos sociais distintos, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo espaço, afetando as territorialidades da população local (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Esses conflitos surgem quando um sistema com vistas a apropriação do espaço, com suas consequências sociais e ambientais, se choca com os territórios gerados por grupos cujas formas de uso dependem, em alto grau, dos ritmos de regeneração natural do meio ambiente. Com frequência, tais formas de uso são vinculadas a uma socialização do grupo em princípios de reciprocidade e coletividade mais do que competitividade, e o território é entendido como patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade como um todo (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

A análise dos conflitos a que a pesca artesanal no litoral do Paraná está submetida permite-nos a possibilidade de reconhecer as distintas matrizes de produção material e simbólica que esbarram em assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010). Sendo assim, a escolha da categoria pescador artesanal como sujeito desta pesquisa, e do lócus de estudo, ocorreu em decorrência do delicado momento que estamos vivenciando na região devido às importantes negociações quanto à construção de uma estrada para dar acesso a um porto privado, o que modificaria drasticamente a dinâmica de vida dos habitantes e também da natureza no local.

Por isso registramos nesta pesquisa os entendimentos dos pescadores artesanais sobre as diferentes ameaças que lhes são impostas na atualidade, por consequências das atividades econômicas voltadas à acumulação de capital, e as alterações ambientais provenientes delas, que põem em risco diversas práticas de reprodução material e simbólica dessas populações e sua cultura caiçara.

Considerando que a região de Pontal do Sul mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que a recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de interação na sociedade que o engloba, enquanto um espaço físico diferenciado, segundo Wanderley (2001), apontamos a construção social deste espaço resultante das formas de ocupação do território. Por meio destes conflitos que envolvem distintas práticas sociais espacializadas, exprimem-se variadas contradições do agenciamento espacial de atividades e formas sociais de uso e de apropriação dos recursos territorializados. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

A inserção social da pesquisa era um ponto crucial e de motivação pessoal desde o início da pós-graduação. Todo estudante pensa, em algum momento, em se envolver em grandes causas e em contribuir, em alguma medida, para “mudar o mundo”, ou parte dele... meu desejo era o de trabalhar num projeto que dialogasse de modo efetivo com comunidades tradicionais, resultando em alguma contribuição de relevância e tendo como contrapartida, parte de minhas vivências um pouco mais próximas aos seus saberes.

Não demorou para eu perceber que, na prática, a realidade é diferente – de “fora pra dentro”, ou de “cima pra baixo” as intervenções construídas não passam de paliativos para os problemas apontados, em uma outra forma de subjugar.

Não devemos duvidar de que sempre “algo pode ser feito pelas nossas culturas populares”. Mas, desde que de dentro para fora. Desde que deixadas as decisões sobre o acontecer de uma cultura própria nas mãos de seus criadores, usuários locais e atores do que criam e colocam “em cena” para si mesmos e para os outros. Os “seus outros” e os “nossos outros (...) ao criarmos socialmente nossos próprios mundos e ao dotá-los e a nós próprios – nossos diversos seres, nossas múltiplas vidas e nossos infinitos destinos – de algum sentido. Somos não apenas seres coletivos, como macacos e elefantes, mas seres sociais. Somos seres sociais porque somos uma espécie que saltou do sinal ao signo, e deste ao símbolo. E, ao nos alçarmos a um mundo regido por símbolos – como as palavras que escrevo agora, e que seriam outras, em uma outra língua cultural, para transportar as mesmas ou outras ideias – nós nos tornamos senhores, mas talvez também servos, de relações de toda a espécie, mas sempre regidas por saberes e valores. (BRANDAO, 2009).

Do ponto de vista filosófico, não existe saber melhor que o outro, mas alguns conhecimentos são legitimados pelas instituições e métodos formais criados e validados por nós.

(...) quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências do conhecimento.” (RIBEIRO, 2017, p. 136).

Por isso, através da tentativa de ruptura do pensamento colonial, assumimos aqui a problemática ambiental como uma questão política, filosófica e ética, num contexto histórico e social complexo. Assim, lançamos um olhar que busca superar a consciência ingênua e a visão clientelista que temos, baseados no sistema

reducionista intrínseco no qual os atores não têm a alternativa de assumir o protagonismo de suas próprias vidas. E nesse ínterim de conflitos, lutas, autonomia, e resistência, nosso eixo de reflexão teórica foi se delineando com autores como Diegues, Milton Santos, Paulo Freire, Brandão, Maria de Nazareth Wanderley e Alfredo Wagner.

Tirar essas pautas da invisibilidade e um olhar interseccional mostram-se muito importante para que fuçamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui. (RIBEIRO, 2017, p. 56).

Neste sentido, acreditamos na capacidade das atuações das redes de articulações em nível de pesquisa e em nível territorial, junto aos grupos que representam à reação das minorias, nas universidades ou nas comunidades, reiterando e fomentando a defesa dos territórios de vida. Fica evidente neste percurso o aprendizado que o reconhecimento e o respeito pelas pessoas e suas histórias torna o compromisso ético da pesquisa perene, independentemente de alcançarmos os resultados inicialmente esperados.

Dessa forma este trabalho foi construído tendo como enfoque socioambiental os aspectos das culturas e territorialidades das comunidades pesqueiras de Pontal do Paraná, no programa de mestrado profissional para o Ensino de Ciências Ambientais – PROFCiamb na UFPR setor Litoral. A abordagem interdisciplinar foi fundamental nesse processo, e nos permitiu ampliar os diálogos com os colegas e professores, de forma a criar redes de apoio e de construção coletiva entre profissionais de diferentes áreas em que as questões ambientais permeiam transversalmente as problemáticas diversas. Tivemos a rica oportunidade de experimentar novos espaços e repensar as ciências ambientais, além de nos conectar através de fortes laços, com outros de nós. Não poderia ter tido mais sorte com os encontros dessa jornada.

2.2 SUBJETIVIDADE

Afetadas diretamente pela relação assimétrica de forças do global versus local, as populações de cultura caiçara que habitam determinadas porções costeiras do território geralmente têm peculiaridades que transcendem as relações econômicas e de trabalho, e seu modo de vida sustenta suas relações sociais e ecológicas com o território e com o próprio conhecimento.

Territórios compreendem áreas de vida, isto é, lugar onde se vive suas particularidades e o lugar de onde se vê e se vive o mundo (Wanderley, 2001). Eles contêm toda uma referência de história e de memórias contemplados nessa área, e se referem diretamente as questões de identidade e de pertencimento. Segundo Vianna (2008), podemos observar grupos que tratam de manter o resgate desse processo histórico e das territorialidades de sua ocupação, seus aspectos culturais ou meios de vida. Porém, os territórios não encerram as dinâmicas sociais nem culturais das comunidades tradicionais – os conhecimentos se transformam, se modificam, e principalmente, circulam.

Apesar disso, as formas de dominação social têm como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais (Wanderley, 2001). A história vem sendo escrita pelo dominante, e a narrativa colonial inclui pontos que se tornaram senso comum em relação às populações tradicionais, com romantizações e mitos, que culminam com a objetificação, silenciamento, invisibilização e periferização dessas minorias. Ainda somos levados a rotular as sociedades, hierarquizando saberes, e temos tendência a (des)considerá-los – primitivos e artesanais - como sendo ultrapassados, tanto que, por diversas vezes, utilizamos sobre esses sujeitos uma narrativa no passado, nos referindo, inclusive, nesse tempo verbal. Esse desconhecimento leva a redução e generalização histórica das comunidades, subtraindo da cultura e da ciência as memórias, trajetórias e narrativas dessas populações.

Para Porto-Gonçalves (2004), as ciências e as técnicas modernas:

(...) tal como concebida pelo Ocidente europeu e como se expandiu pelo mundo, foram instituídas como critério de verdade, como se essa verdade tivesse uma bondade moral naturalmente nela inscrita. Com isso, a verdade científica deslocou outras formas de construção de conhecimento e se tornou uma verdade possuída por uma espécie de mais-valia simbólica: o que é científico é bom e, assim, o Estado e os gestores passaram a invocar a verdade científica como se fosse A Verdade. Com isso, outros saberes se tornaram saberes menores – folclore. O saber popular tornou-se um não-saber; a religião perdeu seu reino; a arte passou a ser acessória, entretenimento; a filosofia, pouco a pouco, foi deslocada, e até mesmo a política, para os gregos a mais sublime das artes, passou a ser substituída por uma espécie de saber competente. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 42).

Queremos deixar claro que nesse estudo, quando apontamos e questionamos as desigualdades na perspectiva socioambiental, o objetivo não é a busca pela igualdade e desenvolvimento no modelo eurocêntrico, e sim pelo verdadeiro

reconhecimento e valorização da diversidade dos saberes e modos de vida, e consequentemente, da tradicionalidade.

Assim, se confundem luta contra a injustiça social com luta pela igualdade, conforme uma visão eurocêntrica, enfim, um padrão cultural que se crê superior e, por isso, passível de ser generalizado. Com isso, contribui-se para que se suprima a diferença, a diversidade, talvez o maior patrimônio da humanidade. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 27).

Propomos aqui, o reconhecimento como chave de trabalho para lançar um olhar mais ético sobre esses sujeitos e seu local de vida.

As culturas são múltiplas e cada cultura só pode ser densamente compreendida de dentro para fora. Seres do símbolo, do significado e da aprendizagem, somos uma espécie que, dotada de um mesmo aparato biopsicológico, ao invés de se limitar a produzir um único modo de vida, ou modos de ser muito semelhantes, geramos quase incontáveis formas de ser e de viver, de falar e de dizer como tipos de culturas variáveis em sua geografia e em sua história. (BRANDÃO, 2009).

Por nos identificarmos com as lutas pela autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade urbano-industrial, neste caso, o pescador artesanal, colocamos em pauta o próprio conceito de desenvolvimento e os obstáculos que as vozes dessas minorias encontram para serem ouvidas nos debates e decisões sobre seu próprio futuro. Ademais, procuramos confirmar que a capacidade de adaptação desses sujeitos ao longo da história nos mais diferentes contextos políticos e econômicos e os obstáculos e às dificuldades que enfrentaram nessa trajetória são, sem dúvida, um legado precioso para a compreensão da forma como se organizam nos dias de hoje e para as projeções de desenvolvimento da região.

2.3 CENÁRIO

Em linhas gerais, o turismo gastronômico, o turismo histórico e o turismo de lazer de férias são lembrados como característicos da microrregião. Segundo Horochovski (2007), a localização geográfica de Pontal do Paraná entre o oceano e a Floresta Atlântica na Serra do Mar, com extensas áreas de Proteção Ambiental e uma pequena extensão territorial impõe barreiras a atividades industriais e agrícolas, sendo assim, a principal atividade econômica da região passa a ser o turismo – com as

atividades sazonais de turismo de sol e mar, fomentando com o atendimento aos veranistas o setor de serviços e o mercado imobiliário.

O que se tem, genericamente, é sazonalidade no clima (calor apenas 3 meses no ano), na época chamada popularmente de “temporada”, período que compreende as férias escolares de verão até o feriado prolongado do carnaval, onde visitantes e veranistas de várias partes do Paraná, de outros Estados brasileiros e mesmo dos países sul-americanos vizinhos se deslocam para o Litoral paranaense de forma que, a região, não consegue sobreviver de turismo o ano todo. Adicionalmente, a falta de investimentos em infraestrutura na orla, os embargos, as limitações naturais que a restringa e as áreas de preservação características da região impõem, além de outros elementos externos, como pedágio, custo, acesso e balneabilidade das praias são também dificultadores neste sentido.

A malha urbana local apresenta desde fragmentos de instalações industriais/portuárias, corredores de urbanização convencional normal e informal em estágio predominantemente horizontal, incluindo loteamentos de segunda residência e fragmentos de Mata Atlântica, hoje definidas como Zona de Proteção Ambiental (ZPA) pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. (Tiepolo, 2015). A proximidade com cidades maiores, que são servidas de forma um pouco mais adequada de equipamentos públicos como hospitais, universidades e escolas faz com que estas atendam algumas das demandas da população.

Quando o fluxo turístico aumenta, conseqüentemente as vendas do pescado e do comércio local também aumentam. Segundo informações do projeto Orla, Pontal do Paraná tem cerca de 15 mil habitantes fixos, e recebe cerca de 400 mil veranistas na alta temporada, distribuídos pelos 48 balneários em seus 22 km de praias. Os pescadores da região afirmam que neste período de temporada eles obtêm lucro do que comercializam, pela possibilidade de venda sem atravessadores, diretamente ao consumidor, a não ser que a quantidade capturada seja maior que a capacidade de armazenamento (ANDREOLI, 2007).

Mesmo que se justifique a baixa produtividade de pescados no litoral paranaense por ser a segunda menor extensão territorial do país, menos de 1% da costa brasileira, a produção artesanal pesqueira é de suma importância para o Estado.

A diversidade e a heterogeneidade se fazem presente na região, ressaltando distintos aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais etc. - cada comunidade

possui características próprias e especificidades que se evidenciam nos hábitos, cultura e nos processos produtivos.

Ainda que guardem as especificidades, afinal não existe uma identidade única, consolidada e estática, é importante apontar alguns dos elementos principais que fazem dessa categoria – o pescador artesanal – um sujeito bastante relevante em qualquer contexto histórico. Neste sentido, um primeiro esforço desta pesquisa foi entender quem eram os pescadores, sujeitos do território estudado. Ou seria entender os territórios, objetos da ação direta dos sujeitos da pesca? A relação intrínseca destes elementos pode ser considerada uma das fontes para entender os aspectos que limitam a própria prática da atividade e meios de vida, que aqui chamaremos de conflitos.

2.4 TERRITÓRIOS EM DISPUTA

As dinâmicas entre sociedade e natureza oneram demais o meio ambiente, já que as relações se estabeleceram tendo a segunda como mercadoria. Segundo Porto-Gonçalves (2004, p. 28), o desafio ambiental continua a nos convidar à busca de alternativas ao e não de desenvolvimento. A crise civilizatória global pede uma resposta efetiva aos problemas socioambientais que temos criado com o uso inadequado dos recursos naturais e a estrutura da sociedade capitalista, por exemplo, não consegue mais negar sua insustentabilidade ambiental e política, segundo o autor.

A força da ação do grande capital e sua gana por lucro, imprime sua lógica em todos os setores e nos modelos extrativistas de modos de vida tradicionais, onde estão diretamente inseridos os sistemas tradicionais da cultura caiçara e da pesca artesanal, não poderia ser diferente.

A implementação de projetos de infraestrutura urbana previsivelmente acarreta transformações significativas de múltiplas ordens para os lugares e para as pessoas que neles (con)vivem e/ou trabalham. Mudanças de ordem sociais, econômicas, territoriais, ambientais, culturais, e muitas vezes políticas e institucionais tendem a gerar impactos de longo prazo, na medida em que desencadeiam efeitos na manutenção de recursos naturais, distribuição de vantagens financeiras e geração de emprego e renda (COSTA, 2010).

A região de Pontal do Sul vem sendo objeto de projetos de iniciativa privada com vistas à inserção econômica da região nos moldes capitalista de expansão, processo este que demanda da iniciativa pública e do Governo do Estado do Paraná de investimentos, principalmente, na infraestrutura viária, o que provocaria importantes transformações de cunho socioambiental na região.

Segundo Costa (2010), a localização de um projeto também pode influenciar de maneira significativa e irreversível a natureza e a intensidade das transformações desencadeadas em toda a região, afetando preços da terra e habitação e demandas por deslocamentos e transportes devido a processos de valorização fundiária e imobiliária.

Ao concentrar um volume considerável de investimentos públicos e privados numa região, a implantação de um grande projeto desencadeia uma desestruturação das formas de uso e ocupação do espaço, de organização da vida cotidiana, alterando valores estabelecidos, materiais e simbólicos. A abrangência, velocidade e intensidade das transformações dependerão da natureza do projeto, de seu porte, de sua maior ou menor inserção e identidade com as práticas da região, do grau de envolvimento dos diversos grupos sociais locais no processo de decisão sobre o projeto, entre muitos outros fatores. (COSTA, 2010).

Outro aspecto importante é de natureza eminentemente política: em um grande projeto como a construção de barragens, os grupos atingidos podem ser claramente identificados e, ao se reconhecerem como tal, podem desenvolver estratégias de resistência aos, e de negociação com os agentes sociais responsáveis pelos empreendimentos, ainda que em situações de grande desigualdade política e de visibilidade pública (COSTA, 2010).

A pressão sobre o sistema viário e de transporte já existente não viabilizará o fim dos congestionamentos e tempo de deslocamento nas vias, enquanto que os novos fluxos de veículos pesados, poluição, o crescimento desordenado e avolumado da população, da malha urbana e da frota de veículos, poluição, grilagem de terras e desmatamento, por exemplo, que atingirão toda a região, mesmo que de forma diferenciada, são alguns dos argumentos de resistência à transformação do espaço. Também, a perda incalculável dos recursos naturais e de aportes culturais dos povos e comunidades tradicionais, intelectuais orgânicos da região.

O reconhecimento daquelas dimensões simbólicas peculiares nas relações destes agentes com os recursos naturais. Este ato de repensar aponta para novas modalidades de interpretação sobre o acesso, o uso e a apropriação, temporários ou permanentes, dos recursos hídricos, florestais e do solo, bem como para aspectos conflitantes face às políticas governamentais. Transcendendo a uma noção estrita do recurso básico, a terra, o esforço de reconceituação incorpora ademais fatores étnicos e político organizativos, abarcando distintos atos de mobilização que denotam consciência ecológica. Deste modo a questão ambiental não pode mais ser tratada como uma questão sem sujeito. (ACSELRAD, HENRI p. 843).

Alguns exemplos históricos emblemáticos de profundas transformações dos lugares envolvem deslocamentos populacionais expressivos e alterações nos sistemas biológicos e hídricos regionais, entre outros (COSTA, 2010). No caso do litoral do Paraná, vislumbramos a possibilidade de destruição das formas tradicionais de uso da terra e mar como meio de vida para os pescadores artesanais e um grande risco à manutenção da cultura caiçara, já que as comunidades tradicionais são os sistemas mais vulneráveis e que historicamente mais vem sofrendo com a ação desmedida do capital empresarial.

(...) conflitos ambientais denunciam contradições nas quais as vítimas não só são excluídas do chamado desenvolvimento, como também assumem todo o ônus dele resultante. Ou seja, eles evidenciam situações de injustiça ambiental, que é a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 267).

Um projeto desse porte deixaria grandes marcas numa paisagem de preservação ambiental, um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do Brasil e de expressivo conteúdo simbólico num território popular tradicional, alterando drasticamente as condições de vida na região: as consequências cumulativas de tais processos ainda são difíceis de serem previstas em termos de sua intensidade e alcance (COSTA, 2010). ONGs, ambientalistas, acadêmicos e cientistas tratam a questão da construção da estrada em função da implantação do empreendimento portuário como mais um dos desastres ambientais anunciados em nosso país. Estes, pedem ao poder público mais estudos especializados a respeito das inconsistências técnicas da proposta e maiores esclarecimentos a respeito de diversos impactos ambientais, sociais e econômicos que envolvem o empreendimento, mas nem sempre

suas preocupações são consideradas (OC2, 2018). E os pescadores da região, o que pensam?

A Promotora de Justiça, Coordenadora Regional da Bacia Litorânea, em consulta ao Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, solicitou análise do Estudo de Impacto Ambiental – EIA do Terminal Portuário localizado no município de Pontal do Paraná, e neste conclui-se a ausência da “necessária realização de Consulta Prévia, Livre e Informada às Comunidades Tradicionais de Pescadores Artesanais”, já que não há menção de representantes das comunidades de pescadores artesanais localizadas nas áreas de influência direta e indireta entre os informantes entrevistados (Procedimento Administrativo MPPR-0046.15.043964-7 – CAOPJDH, 2016, p. 27 a 34). Este documento afirma que, conforme salientado pelo próprio estudo, inexistem questionamentos referentes à análise de impactos em tais comunidades e sugere a verificação junto ao órgão licenciador se houve alguma consulta, nos moldes do que determina o artigo 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, às comunidades de pescadores artesanais localizadas na área de influência direta, o que comprova que há dúvidas por parte do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais quanto ao procedimento de Consulta Prévia, Livre e Informada às comunidades tradicionais afetadas pelo empreendimento Porto de Pontal do Paraná.

É sobre o processo de fortalecimento de movimentos sociais e de afirmação étnica que se contrapõe a este ideário positivista de “racionalidade absoluta”, cujo fito é a naturalização de fatos sociais. (ACSELRAD, HENRI p. 707).

2.5 JUSTIFICATIVA

Segundo Freire (2011), uma das faces da ideologia neoliberal é a perspectiva fatalista que usa para convencer os prejudicados das economias submetidas de que a realidade está posta e não há nada a fazer além de seguir a ordem natural dos fatos, como se a globalização não fosse uma produção histórica. E à primeira vista, temos uma desconfortável sensação de aceitação pacífica, de anuência e até mesmo de apatia diante das diversas injustiças e atrocidades que nos vem ocorrendo, como nação.

A capacidade de nos amaciar que tem a ideologia nos faz às vezes mansamente aceitar que a globalização da economia é uma invenção dela mesma ou de um destino que não se poderia evitar, uma quase entidade metafísica e não um momento do desenvolvimento econômico submetido, como toda produção econômica capitalista, a uma certa orientação política ditada pelos interesses dos que detêm o poder. (FREIRE, 2011 p. 1642).

O discurso da globalização não traz consigo a ética universal do ser humano, mas sim a ética do mercado, disfarçando que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O Sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua “malvadez intrínseca” (FREIRE, 2011, p.1661), é necessário que valorizemos as formas diversas de articulação que vão no sentido contrário a este destino.

Para Milton Santos (2000) é indispensável que afinemos nossos conceitos para que sejam realmente representativos do dinamismo social, e não de uma sociedade estática. Segundo ele, nunca houve um esforço para pensar a ideia de território como um todo – território vivido – e podemos perceber isso na forma fragmentada em que são tratadas as questões que envolvem território e desenvolvimento até então. Ele ratifica as metáforas dominantes da economia como relações: o processo econômico como conversação e coordenação e a visão dominante dos envolvidos não mais como fatores, mas sim como atores humanos reflexivos. Dessa forma, a natureza da acumulação econômica é tratada não apenas como um montante de ativos materiais, mas como ativos relacionais (SANTOS, 1999)

Neste pensar, assim como a economia regional, as economias territoriais também seriam redefinidas como estoques de ativos relacionais, integradas entre si de um modo geral. Podemos, na perspectiva de Milton Santos (1999, 2000) e a sua hipótese do “acontecer solidário”, constatar que a economia regional e territorial é insuficiente para permitir uma análise dinâmica dos fatos sociogeográficos, bem como de, pela noção de escala na Geografia, propor a possibilidade de reconstituir um território a partir de mosaicos:

(...) ou seja, ela não é apenas uma categoria da sociedade, da economia, da política. O próprio território, em certos lugares, acaba por tornar-se racional. Racional dessa racionalidade sem razão. Haveria uma produtividade espacial. Dentro de um certo tipo de economia hegemônica há espaços que são mais produtivos do que outros, e assim ter-se-ia que medir, ou ao menos considerar, produtividades espaciais diferentes segundo os lugares, o que tornaria possíveis participações diferentes no processo global. (SANTOS, 1999, p. 15).

Como o território é o princípio da formação identitária dessas populações, os valores relacionais deste território não podem se resumir ao que nele é produzido, à sua produtividade latente ou a valores de terras ou valores de mercado, já que este território é fator preponderante na existência e sobrevivência dessas comunidades. E nesta ótica, consideraríamos os territórios tradicionais como os “menos produtivos” economicamente do mosaico (na escala regional), porém os que teriam maiores e melhores condições de manter a salubridade ambiental de toda a nação.

Trata-se de uma espécie de métrica qualitativa sobre os territórios e suas funções sociais e ambientais. Diferentemente dos espaços urbanos, industriais ou os ocupados pelo agronegócio, os territórios tradicionais, assim especialmente classificados – nos proporcionariam, em contrapartida a sua existência, manutenção e proteção, em termos de soluções físicas e ativas em aportes relacionais, em fomento de saberes tradicionais e bem viver (como qualidade de vida – depuração e qualidade do ar, plantas medicinais, entre outros).

Neste contexto as “alternativas de desenvolvimento” podem ser entendidas como abrangendo o conjunto de medidas adotadas para colocar em execução projetos de reconhecimento do “saber nativo”. Compreendem experiências concretas de cooperação, que tanto envolvem manejo, quanto processamento e transformação de matérias primas. (ACSELRAD, HENRI p. 707).

Em suma, a validação do conhecimento produzido pelas comunidades tradicionais está intrinsecamente ligada a manutenção de seus territórios, bem como do meio ambiente. E retornamos, impreterivelmente, ao ponto em que é crucial dar importância às particularidades que emanam de sua cultura e de suas territorialidades.

Ainda segundo a Convenção nº 169, em seu artigo 13, os governos respeitarão a importância especial para as culturas e valores espirituais dos povos interessados e sua relação com as terras ou territórios, ou ambos. O conceito de territórios, neste caso, abrange todo o ambiente das áreas que esses povos ocupam ou usam para outros fins, tendo os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas reconhecidos. Como nem sempre o território ocupado pela população tradicional e o território necessário para que se mantenha a tradicionalidade se sobrepõem – geralmente a área de ocupação é menor em extensão – serão implantadas, quando justificado, medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de usar terras não exclusivamente ocupadas por eles às quais

tenham tido acesso tradicionalmente para desenvolver atividades tradicionais e de subsistência (Convenção n° 169/2011, p.23).

O panorama que nos encontramos constituiu-se intencionalmente através das ambições, valores e interesses de (poucos) sujeitos e suas organizações sociais que estrategicamente ocupam os territórios institucionais cujo poder se legitimou histórica e “naturalmente” sobre toda a sociedade. Na verdade, esse predomínio foi pouco a pouco sendo legitimado por esferas que em dado momento se fizeram legítimas por força de influência ou de imposição, e ali se mantiveram, a qualquer preço. Essas elites do poder dominante procuram manter estruturalmente as convenções sociais que lhes são convenientes e mais cômodas, mas percebemos nas comunidades tradicionais focos de resistência em seu trabalho contínuo e incansável, a cada pequena marca deixada pela convicção dessas pessoas, mesmo tão simples.

Quando estudamos a Educação Ambiental e Paulo Freire os autores afirmam que faz-se “necessário entender quem são as instituições e sujeitos sociais que com seus valores, crenças, culturas e interesses particulares, reúnem e articulam sinergicamente o volume necessário de poder cultural, ideológico, político e econômico, para mover o mundo na direção que nos encontramos.” Interesses e valores esses que infelizmente não são (e nunca serão) generalizáveis ao conjunto da população pois se valem de uma dinâmica perversa e de uma lógica intrínseca que demarca as diferenças, as desigualdades, as crises, produzindo e reproduzindo valores hierárquicos de submissão, formas autoritárias de ocupação, segregação, discriminação, exclusão, dominação, desrespeito; e claro, de produção de bens de consumo, além da aceitação e passividade geral diante desse quadro (LOUREIRO, 2014, P. 58).

2.6 OBJETIVOS

2.6.1 Objetivo Geral

Identificar a que conflitos o território pesqueiro em Pontal do Sul – PR está submetido, na ótica do pescador artesanal.

2.6.2 Objetivos específicos

- Entender as perspectivas de resistência do pescador através de sua subjetividade;
- Reconhecer os pescadores artesanais como intelectuais orgânicos que aportam a atuação da dinâmica da conservação ambiental para além dos territórios próprios.

3 METODOLOGIA

3.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nossos caminhos metodológicos passam pelas categorias qualitativas de pesquisa. Pautando-se numa análise etnográfica com ferramentas da história oral, esta pesquisa foi organizada para dar voz aos sujeitos de pesquisa e seus conhecimentos e saberes tradicionais – a etnografia é uma modalidade de investigação das Ciências Sociais, que surgiu a partir da Antropologia Cultural e da Sociologia Qualitativa, como um modelo alternativo à investigação tradicional utilizada para estudar a realidade social (MAIO, 2011).

Contudo, devemos ressaltar que a elaboração conceitual da realidade na pesquisa tem caráter efêmero e transitório, uma vez que deve ser continuamente reelaborada e complementada, assim como a realidade que está em constante mutação (MINAYO, 1993). É como uma fotografia, que registra um determinado momento e dá a sensação de estática a um quadro muito mais amplo, complexo e dinâmico, pressupondo que todo conhecimento humano reporta a um ponto de vista e a um lugar social. Seu objetivo principal é fornecer um conhecimento, mesmo que provisório, que facilite a interação com o mundo, possibilitando previsões confiáveis sobre acontecimentos futuros e indicar mecanismos de controle que possibilitem uma intervenção sobre eles (SANTOS, 1999).

O método etnográfico supõe uma ampla combinação de técnicas e recursos metodológicos, dando ênfase nas estratégias interativas, observação participante, entrevistas formais e informais, entre outros (LÓPEZ, 1999, p.47).

A metodologia escolhida teve como premissa, primeiramente, as pesquisas já realizadas sobre o tema. Assim, obtivemos algumas contribuições para o projeto, evidenciando a perspectiva que nos pareceu mais pertinente para abordar o objeto de estudo. As visitas, entrevistas e observações a campo foram refletidas com a

literatura, e as entrevistas não objetivaram validar ideias preconcebidas do pesquisador. (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1995, p. 44).

Esta reflexão teórica, criticando e pensando o levantamento empírico e a realidade concreta nos permitiu desenvolver uma experiência acerca do nosso tema, além de perceber e vivenciar detalhes e demais aspectos que apenas a revisão bibliográfica não é capaz de evidenciar. O processo de investigação ocorreu de forma exploratória, e o trabalho de levantamento bibliográfico foi intenso.

Foi necessário redimensionar o foco de forma a culminar com uma problematização mais enxuta e precisa do tema. Fez-se necessário, por mais de uma vez, a revisão das expectativas iniciais e redirecionamento e modificação da pesquisa, inclusive com complementações dos dados. O propósito nunca foi de apresentar ou impor uma verdade, mas de contribuir para o diálogo de outra perspectiva. Os métodos científicos são as formas mais seguras inventadas pelos homens para controlar o movimento das coisas que cerceiam um fato e montar formas de compreensão adequada dos fenômenos, e as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

Assim, a pesquisa qualitativa, recusa o modelo positivista aplicado ao estudo e busca explicar o porquê das coisas sem quantificar valores e trocas simbólicas, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

As conceitualizações provenientes das diversas leituras, neste caso, não pretendiam dar conta de todas as dimensões e aspectos do real. Trata-se, portanto, de uma tentativa de designar dimensões que deem condições de responder aos nossos objetivos. Escolhemos uma metodologia desenhada a partir da abordagem qualitativa da pesquisa social de Minayo (1993), que tem como objetivo explorar:

(...) o conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar” (p.79) para a apreensão complexa da realidade social, com o foco para grupos sociais que nosso tema requer. Através do texto etnográfico registraremos as representações coletivas do grupo social através da subjetividade do indivíduo e a vivência direta da realidade onde se insere. (LÓPEZ, 1999).

A estes aspectos é importante abordar as reflexões contidas nos estudos de Porto-Gonçalves (2004).

Aliás, essa tensão entre o material e o simbólico é uma das mais interessantes características do ser humano, que sempre pode atribuir mais de um significado a qualquer coisa ou situação. Construir um significado comum implica, sempre, a constituição de uma comunidade, de uma cultura enquanto um conjunto de sentidos e práticas (sempre passíveis de reinvenção), que empresta sentido à vida em comum daqueles que os inventaram. A mesma paisagem, com a mesma materialidade, pode ser lida de modos diferentes por diferentes povos e culturas ou por diferentes segmentos no interior de uma mesma sociedade e cultura. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 59).

A pesquisa com populações tradicionais visa, entre outras coisas, romper com o caráter unilateral das memórias oficiais. Também possibilita uma força de resistência contra a homogeneização cultural globalizante e ao desaparecimento das sociedades orais. Mediante a narrativa de uma história de vida se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, da sociedade global (DIEGUES, 2005, p. 35).

As sociedades de cultura caiçara, assim como outras populações tradicionais não urbanizadas são marcadas pela oralidade e raramente deixam marcas escritas. A sua história pode ser recuperada pela memória dos mais velhos e transmitida às gerações seguintes por relatos orais. Daí a importância de se recuperar, pela história oral e pela memória, o que ocorreu e registrar o que está ocorrendo nas vidas dessas comunidades (DIEGUES, 2005 p. 30).

Segundo Oliveira (2004, p. 13) citado por Diegues (2005) afirma que as comunidades tradicionais transmitem seus conhecimentos a seus descendentes, num processo de educação que permeia sua diversidade de formas de vida: agir, pensar e correlacionar consigo e com o outro, se apropriando assim de características únicas da sua cultura em relação a seu ambiente. Essa construção se dá essencialmente pela oralidade. Por esta riqueza espontânea e autóctone do meio cultural pesquisado decidimos pela utilização desses recursos e ferramentas metodológicos.

A análise qualitativa foi tomada como condutora metodológica deste trabalho, e o eixo de reflexão teórica se valeu de ferramentas como visitas ao lócus de pesquisa, observação direta, entrevistas com os pescadores, registros em diários de campo, gravações e registros fotográficos. Nos propusemos a iniciar os diálogos com temas geradores a partir da história de vida dos sujeitos e assim, procuramos apreender as relações e a organicidade da comunidade pesqueira e seus elementos estruturantes. A interação com a comunidade ajudou a criar um ambiente riquíssimo de conhecimento e de trocas.

Utilizamos uma espécie de roteiro-questionário formado por perguntas abertas, organizado em partes como dados biográficos e relações familiares, inserção na comunidade e na pesca, cotidiano, conflitos e meios de resistência. Nos diálogos, apareciam assuntos como relações com outros pescadores e entidades representativas, e sempre algum conhecimento sobre a natureza. Tivemos acesso a alguns acervos familiares documentais e fotográficos com as memórias que possuíam, o que, junto das suas histórias de vida, nos possibilitou conhecer o processo de autoidentificação com a atividade que desenvolvem.

A entrevista visou coletar memórias sobre as relações e detalhes do cotidiano desses sujeitos e as sucessivas visitas ajudaram a criar laços de confiança com alguns membros. O número de participantes não foi definido a priori, os sujeitos foram sendo agregados conforme fomos sendo inseridos na comunidade. A partir do momento em que as respostas alcançaram a saturação/repetição, os diálogos foram sendo encerrados e organizados em depoimentos a partir de categorias empíricas.

Obter respostas sem interromper, direcionar ou concluir antecipadamente o raciocínio do entrevistado foi um desafio constante no processo de pesquisa. As informações coletadas propiciaram compor uma análise no eixo de reflexão proposto, e manter o foco nos objetivos durante a pesquisa foi um difícil exercício de atenção. Aliados às entrevistas, os registros em diários de campo com as recentes observações, a fim de não as reduzir ou perdê-las, e a observação direta possibilitaram acessar narrativas subjetivas simbólicas que evidenciavam o cotidiano da pesca, bem como, suas relações sociais. As câmeras, gravadores de áudio e o uso destes recursos no próprio celular, foram muito importantes para essa etapa. Realizamos gravações em áudio de observações durante e após as visitas, além dos registros fotográficos quando possível. Estas captações das falas e de imagens dos sujeitos de pesquisa nos foram permitidas pelos pescadores.

As complexidades do campesinato e a falta de experiências prévias da pesquisadora com essas análises, exigiram mais que o esperado inicialmente desses registros pessoais. Como observam Lopes et al. (2002), não existe uma forma correta de se fazer um caderno de campo; cada pesquisador o faz à sua maneira. Algumas reflexões eram elaboradas no fim da visita e escritas no caderno de campo, como um diário das atividades realizadas, para potencializar as memórias da pesquisadora e posteriormente auxiliar na percepção do espaço, ajudando na sua melhor compreensão. De qualquer modo, houve um grande esforço em captar de forma mais

denza a realidade estudada. Todas essas informações – registradas em áudio e no caderno de campo – contribuíram para reconstituir a memória do trabalho e para o refinamento das ideias trabalhadas no presente texto.

Essa técnica permitiu a interpretação etnográfica na medida em que a percepção da realidade dos pescadores suscitou novas possibilidades de entendimento da inserção deles no mundo da pesca e visualizar algumas nuances desse contexto e suas relações. O modelo de análise etnográfico aplicado tem a finalidade de caracterizar os eventos numa narração contextualizada histórica e socialmente, captando a rede de significações no discurso social, evitando expressar juízo de valor. As dimensões foram estudadas a partir das referências da etnografia, da sociologia rural e das ciências ambientais.

O uso da etnofotografia na materialização de alguns registros visuais enquanto signo visou lançar uma luz sobre o outro. Trata-se de um olhar, e não uma técnica, de dialogar com as narrativas dos sujeitos, num exercício de (re)elaborar nosso ponto de vista sob forma de imagens. O resultado pode ser visto no decorrer do trabalho, como produto desta pesquisa. Nosso maior desafio foi a tentativa de superar as categorias meramente descritivas e representar nesse trabalho a complexidade histórica e as riquezas materiais e simbólicas da diversidade cultural e social da pesca artesanal.

Neste sentido, a nossa opção foi de expor as falas no decorrer do texto a partir da nossa revisão de bibliografia, que nominamos de “Embasamento Teórico”, em constante diálogo com alguns autores acadêmicos que discutem as populações tradicionais, assim respeitamos os pescadores como nossos principais autores.

Passamos por uma fase que poderíamos chamar de processo de reconhecimento mútuo. A falta de experiência do pesquisador culminou com a novidade da entrevista para a empolgação de ambos – pesquisador e entrevistado.

Alguns deles tiveram uma certa resistência inicial, que circulava entre a timidez, a desconfiança, permeados pela inibição e pouco de vergonha por conta da simplicidade de sua vida e de suas posses. As construções e os acabamentos das moradias e demais bens contrastam com o orgulho e o afeto pelo lugar da maioria, e pela história que está ali ainda sendo construída e vivenciada. Mas com o tempo, as relações se tornaram mais próximas e em certa medida, mais familiares. As trajetórias de vida dessas pessoas se confundem com a memória política, ambiental e cultural da região. A oralidade como fio condutor proporcionou a ativação de memórias

simbólicas e afetivas, a partir delas fez-se o registro das imagens ativadas – pensamos em texto enquanto textualidade para a composição das imagens.

3.2 NARRATIVA VISUAL – ETNOFOTOGRAFIA

É difícil não manter o estranhamento no início das conversas e entrevistas e ainda manter uma atenção crítica, e um olhar “inteligente” no ato fotográfico, tão automático em nosso tempo. A grande dificuldade é de escapar dos clichês, numa tentativa de chegar a planos de expressão subjetivos, mas consistentes.

Fizemos neste trabalho uma espécie de exercício de olhar, numa busca por despertar os sentidos de forma a aprender a ver, sentir, ouvir, observar. Mais do que uma estética visual, procuramos buscar uma linguagem adequada ao objeto, criando textualidade com imagens antropológicas – com vistas a uma determinada mensagem. Um treino de sensibilização própria em que procuramos manifestar o estado da arte em Antropologia Visual, no contexto em que se reconhece a produção fotográfica e audiovisual em Antropologia como produção acadêmica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tecendo narrativas a partir da análise da estrutura do encontro etnográfico como um sistema de apreensão, produção e divulgação do conhecimento, num espaço em que figuram as dinâmicas sociais do imaginário, em que a imagem (re)vela o controle dos códigos dominantes.

A interação em campo produz imagens de afetos e construções de si, dando a ver que a pesquisa etnográfica é fruto do que se compartilha com o outro. Assim, o estudo de um “campo imagético” da região vai se delineando, ao passo que vai ressaltando aspectos da construção da memória coletiva evidenciada nas falas.

(...) memória é imagem, imagem é história.

O recorte imagético pode proporcionar uma reflexão crítica constante sobre o seu lugar, o lugar do outro e as múltiplas dimensões do encontro etnográfico. É um exercício de escolhas e experimentações. Quem faz etnografia usando uma linguagem visual, artística e fotográfica indica também a sua própria posição em relação ao outro, o que faz das imagens mediações pelas quais as dimensões dialógicas são sempre favorecidas. O uso da imagem instaura, assim, uma relação na qual o outro pode se reconhecer, relação pela qual, também, o olhar antropológico se fará distinguir de outros tipos de representação. (MARTINS, 2008, 2008).

É nítida a barreira epistemológica reducionista nos sistemas de classificação das artes, culturas e linguagens dos povos e comunidades autóctones. Apesar disso, o mote da pesca tem uma certa força de aplicação, inclusive em outros espaços. Neste trabalho, o campo da subjetividade é, senão o viés principal, muito considerado e as memórias individuais (e coletivas) se traduzem na uniformidade de valores que se expressam numa complexidade de situações, trazendo à tona a clareza não evidente do seu produto.

A partir dessa análise fizemos uma tentativa de revisitar e reconhecer com o nosso produto, outros filtros de leitura, sem juízo de valor e sem estigmas, como um exercício de linguagens não verbais. Assim, procuramos perceber quais os símbolos, objetos e situações representam a ancestralidade para essas pessoas? Que hábitos se materializam em costumes, rituais e fazeres? Como buscamos referências visuais para representar a cultura pesqueira artesanal no litoral do Paraná? Essas e outras perguntas visaram a ativação imagética com objetivo de revelar imagens, símbolos e figuras para uma composição que represente suas singularidades.

Assim, no terreiro, no sofá ou na mesa, o pescador narra sua trajetória relacionada a sobrevivência no local, suas dificuldades, meios de vida e cultura própria. E nossa imaginação vai ilustrando com fotos, uma narrativa que conta sua história, num caminho novo, que se desdobra da sua memória afetiva e a transforma em arte. A proposta é de refletir e trocar ideias sobre as memórias que ajudam a estabelecer um percurso conceitual para uma criação com uma espécie de identidade coletiva, a partir do(s) objeto(s)-símbolo(s) da memória que se ativou.

Também se apresentaram nos diálogos várias questões da ancestralidade e da memória afetiva, que está impregnada nas ocupações destes territórios e espaços de vivências. Através de simbolismos, de detalhes de cunho material ou imaterial podemos perceber lembranças familiares de sabores das histórias dos antepassados como signos de suas raízes e matrizes ancestrais. Conhecendo o caminho traçado por estas comunidades pudemos conhecer e ressaltar seus saberes relacionados a

natureza e vivenciar (experenciado) superficialmente alguns aspectos de suas relações ambientais e sociais.

Cabe relatar que optamos por não expor os nomes dos pescadores que participaram da nossa pesquisa. Optamos por identificá-los por códigos “P” de pescador, seguido de um número que corresponde ao número de pescadores que pudemos contar para o levantamento de dados e a pesquisadora está identificada com a letra “E”. Entrevistamos e convivemos em diversos momentos da nossa etnografia com 6 sujeitos de pesquisa que nos apresentaram um universo enorme de experiências e visões de mundo que é lido por eles a partir do éthos caiçara.

4 ENSAIO TEÓRICO

4.1 SUJEITO SOCIAL

Na antropologia, alteridade é um conceito que define a existência do indivíduo em função do outro, tendo como pressuposto de que todo indivíduo é interdependente dos demais sujeitos de seu contexto social, isto é, o mundo individual só existe a partir da relação com o outro e diante do contraste com o mundo do outro. Segundo Gilberto Velho, a noção de “outro” ressalta a diferença que constitui a vida social, à medida que esta efetiva-se através das dinâmicas sociais. Assim, a diferença é a base das dinâmicas sociais e fonte permanente de tensão e conflito. (VELHO, 2008)

(...) pois a alteridade seria uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade, portanto, se definiria nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si. Por exemplo, para os habitantes de certa aldeia, todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugar são os Outros; para os cidadãos de um país, as pessoas de outra nacionalidade são consideradas estrangeiras. (RIBEIRO, 2017, p. 235).

Esse processo de diferenciação é parte fundamental da construção da identidade e vemos em Paulo Freire a demonstração prática da alteridade, ao considerar a máxima de seu trabalho o contexto dos sujeitos e as suas relações.

A identidade é acionada politicamente a qualquer momento da vida, e sua importância vai além do sentido de garantir os direitos, neste caso, como comunidade tradicional. O mútuo reconhecimento, a inserção, a aceitação e a acolhida num grupo social promovem o pertencimento, o respeito e a alteridade. Ele se dá quando o indivíduo se sente inserido num grupo, numa comunidade, por se identificar com os outros componentes desse grupo fisicamente, ou em seus hábitos e costumes – assim, as camadas identitárias acessadas são dependentes do contexto. Este reconhecimento pode acontecer no plano jurídico, social ou em ambos. Desta forma, segundo Almeida (2008), não importa como nomeamos estes sujeitos e sim como o próprio grupo se autodefine e se autodeclara.

Para Alfredo Wagner de Almeida (2008), a mudança do sujeito da ação se deu historicamente, quando as pessoas, em dado momento, “deixaram de ser” meros indivíduos biológicos e assumiram a posição de agentes sociais. Adicionalmente a

ação ambiental passou a ter “sujeitos específicos”, na perspectiva da heterogeneidade das formas de relação com a natureza.

Povos indígenas e tribais despertaram para seu direito de serem diferentes conforme suas origens étnicas e culturais sem deixarem de ser iguais, e passaram a assumir o direito de reivindicar sua identidade étnica, cultural, econômica e social a partir da década de 1960, sendo assim, é imprescindível reconhecer suas aspirações e seu controle em suas próprias instituições e formas de vida e de seu desenvolvimento econômico e de manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões no âmbito dos Estados nos quais vivem. (OIT, 2011, p. 6-13).

A autoidentidade é uma inovação como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos sujeitos da Convenção, isto é, nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça. Os conceitos básicos que norteiam a interpretação das disposições da Convenção são a consulta e a participação dos povos interessados e o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam. (OIT, 2011, p. 8).

Quanto a isso, em seu artigo 3o, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007) trata dessas comunidades como:

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.” Esse mesmo documento define territórios tradicionais como “espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária. (BRASIL, 2007).

O cerne da luta pelo reconhecimento e afirmação da identidade étnica são os conhecimentos tradicionais e suas especificidades. Segundo Alfredo Wagner, “a incorporação da identidade coletiva para mobilizações e lutas, por uma diversidade de agentes sociais, pode ser mais ampla que a abrangência de um critério morfológico ou racial”. (ALMEIDA, 2002, p. 69)

A atenção aos 'modos de criar, fazer e viver' está na base dos processos de reconhecimento cultural de alteridades territoriais e identitárias e na abertura de novas vias dialógicas. O reconhecimento assume uma dimensão cultural quando transcende os casos individuais e é sensível aos diferentes discursos identitários de grupos sociais, os quais também acionam uma identidade nacional. O processo de reconhecimento cultural está na base das instituições de uma sociedade e sua efetivação pode colaborar para uma maior equidade. Nesse cenário, o reconhecimento territorial e das territorialidades que lhe conferem sentido existencial, possui um caráter central e indissociável das identidades em ação. (HARDER, 2014, p. 104).

Essas comunidades têm se organizado em grupos que lutam pelo seu reconhecimento como culturas de identidades próprias, e essa mobilização tem resultado na aprovação de alguns direitos, como de participar na construção da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (2006) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais (2007):

(...)buscam se unir, acima de suas diferenças, para proteger suas tradições e estabelecer entre elas formas de encontros e diálogos autóctones sempre difíceis em outros tempos. (BRANDÃO, 2009, p. 743).

Foi a partir dessa Declaração da Política dos Povos e Comunidades Tradicionais de 2007 que as comunidades de cultura caiçara começaram a fazer parte de uma aliança de povos e comunidades tradicionais nos quais participam também organizações de comunidades quilombolas, indígenas, entre outras.

Movimentos de ação política de maior abrangência e efeitos sociais visíveis – e quase sempre demonizados pela mídia – enlaçam tradições patrimoniais de culturas populares camponesas a formas novas e questionadoras de expressão de sua condição e de suas lutas pela terra, por trabalho e por outros direitos sociais - inclusive os que se referem às suas identidades e culturas. (BRANDÃO, 2009, p. 743).

Porém, posto que na modernidade capitalista se banalizou a coisificação de tudo e todos a serviço da acumulação de capital, o sentido de nosso pertencimento à natureza e a compreensão da sociedade como expressão de organização da nossa espécie, e o processo de exploração das pessoas entre si, tendo por base sua condição econômica e os preconceitos culturais, podem ser tidos como parte da mesma dinâmica de dominação da natureza. (LOUREIRO, 2004 p. 142)

Das categorias conceituais que objetivam a realização do homem como espécie é a categoria trabalho, entendida na sua historicidade e em suas mediações

com a linguagem e a sociabilidade (tipicamente) humana, que nos permite compreender o ser humano como aquele que “para ser necessita produzir seus próprios meios de subsistência, material e simbólica, ou seja, sua própria existência social” (Lukács, 2010 em LOUREIRO, 2004, p. 2430).

Também a dominação, nada mais é que uma espécie de desqualificação do outro, que ao ser objetificado tem o seu eu, o sujeito, ocultado. É neste processo histórico-dialético da categoria de análise sociedade-capital que os trabalhadores — para Freire, os oprimidos — vendem sua força de trabalho para adquirir os meios de subsistência que permitem-lhes manter a sua reprodução. Neste contexto o autor afirma que o lugar que ocupam na divisão do trabalho determina suas necessidades:

O ser humano (trabalhador e oprimido), ao se inserir ativamente nas relações sociais determinadas por este modo de produção, estabelece com a natureza uma relação que também é utilitária e de dominação. Essa relação expressa apenas uma das formas de representá-la, porém seu significado para o ser humano não pode ficar refém dessa visão. Da forma como se estrutura a sociedade de classes, o trabalho não produz somente mercadorias, ele produz o trabalhador como uma mercadoria, e a atividade produtiva capitalista, ao mesmo tempo que valoriza o mundo das coisas (mercadoria), desvaloriza o mundo dos seres humanos. (LOUREIRO, 2004, p. 2576).

Para pensar os sistemas sociais filtramos pelos nossos próprios valores, por isso fazemos do outro, julgamentos tão incisivos. É comum constatar a discriminação que essas comunidades tradicionais sofrem quanto à sua cultura e modo de vida, entendido algumas vezes como inadequado para a produção de renda na sociedade moderna.

O mito da preguiça, por exemplo – na lógica das populações tradicionais, eles não têm porque pescar todo dia se tem alimento o suficiente em casa; assim como também não tem motivo para fazer grandes plantações se a região, nas palavras dos pescadores, “te dá” determinados alimentos em abundância. Essa é a sabedoria ecológica dos povos das florestas, que não corresponde ao padrão de expectativa desejado pela sociedade capitalista como mão de obra, e não é simplesmente pela falta de qualificação. É uma questão de cultura, e não de natureza, como insistem em pejorativamente afirmar.

Em razão de preconceitos historicamente herdados, ainda negamos os saberes produzidos no âmbito de tais comunidades, considerando que seus saberes culminam num trabalho não produtivo. (CASTRO, 1998 p. 60).

Para Freire (2011), ao conhecimento comum relaciona-se normalmente um saber teórico-prático, alimentado pelas necessidades relacionadas às experiências vividas no dia a dia, baseado principalmente na utilidade das coisas, com muito de concreto e quase nada de abstrato. Um conhecimento estruturado diferentemente daquele sistematizado e com o qual irá se chocar quando analisados em paridade. Estes pensamentos indicam, segundo ele, a busca do sentido histórico da liberdade humana e da vida em sociedade, onde os trabalhadores em seus coletivos controlem as relações sociais e de produção, inclusive do conhecimento, em vez de, por elas, serem determinados (LOUREIRO, 2004, p. 2612).

Se estes sujeitos já estão num lugar de maior vulnerabilidade social, certamente é porque a sociedade produz essas desigualdades. Se não olharmos atentamente para estas realidades, elas serão suprimidas e invisibilizadas até seu desaparecimento. (RIBEIRO, 2017, p. 311).

Por desconhecimento ou desonestidade, as sociedades “atuais” insistem na tentativa de descaracterizá-los como pescadores artesanais. Acreditamos na hipótese que essa e outras tentativas desleais de suprimir a identidade tradicional faz parte de um plano mais amplo de capitalizar seus territórios. Este caráter contraditório que transita entre humanização e alienação nas relações sociais, e envolvem, principalmente, dominação e expropriação tem implicações importantes. É constante a queixa das comunidades pesqueiras sobre a invisibilidade a que estão submetidos diante das situações que se desenrolam em seus territórios, já que, raramente os pescadores são chamados pelas autoridades a contribuir com seu conhecimento para as portarias e demais assuntos que envolvem e que regulamentam suas atividades. (VIANNA, 2008, p. 75)

Vê-se em diversos casos que a falta de participação da comunidade pesqueira na tomada de decisões sobre assuntos polêmicos e conflituosos, principalmente quando se sobrepõem os territórios pesqueiros aos de conservação ambiental ou de interesse de desenvolvimento econômico é recorrente. Podemos citar como exemplo alguns casos de instituição pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) de categorias como a Reserva Extrativista Costeira ou a Reserva de Desenvolvimento Sustentável em algumas áreas do litoral, por exemplo a instituição do Parque de Currais como já abordado na pesquisa participante “Discurso de atores sociais frente ao uso e acesso aos bens naturais: o caso dos pescadores artesanais

de Matinhos – PR da pesquisadora Ana Clara Geraldi Costa/Afonso Takao Murata e as discussões do plano de manejo do Parque Nacional de Superagui (MURATA e COSTA, 2016).

Apesar disso, o ARTIGO 15 da Convenção nº 169/2011 prevê o direito dos povos interessados aos recursos naturais existentes em suas terras e de salvaguardas especiais, o que inclui a eles o direito de participar da utilização, administração e conservação desses recursos, inclusive através de procedimentos de consulta nos quais determinariam se seus interesses seriam prejudicados, e em que medida, antes de executar ou autorizar qualquer programa de exploração desses recursos existentes em suas terras (OIT 169, 2011, p.24 e 25).

Coincidência ou não, o fato é que, nesses espaços existem atividades pesqueiras que podem ser compatíveis com a conservação – e isso poderia contribuir, numa espécie de “relação simbiótica”, com a proteção tanto da diversidade biológica quanto das atividades pesqueiras e as culturas tradicionais caiçaras e indígenas da região, já que estes conflitos acontecem frequentemente com as comunidades tradicionais que tem seu território na Mata Atlântica e que, segundo Diegues, ao contrário do agronegócio, tem um impacto reduzido na esfera ambiental (DIEGUES, 2002).

Ainda segundo este documento e aos aspectos relacionados às comunidades tradicionais pesqueiras presentes no Estudo de Impacto Ambiental da AMB Planejamento Ambiental e Biotecnologia Ltda, as evidências de condicionantes no projeto que incidem, ou podem incidir, diretamente nas comunidades pesqueiras afetadas pelo empreendimento exigem a implantação de um programa de compensação ambiental voltado para a pesca incluído no programa de monitoramento da atividade pesqueira, mesmo antes de qualquer intervenção na área do empreendimento, assim como de reformulação do Programa de Cadastramento, Indenização e Reassentamento de Populações, e nada tem sido feito, efetivamente.

4.2 MEMÓRIAS SOBRE A PESCA - UM PEQUENO RETRATO

4.2.1 Quem é do mar não enjoa

As populações tradicionais estão em sintonia com a natureza, e sua relação com o meio passa por decisões como quais recursos obter, a forma com que serão

coletados, processados e também consumidos e colabora com a manutenção do ciclo de proximidade e sensibilidade ao ambiente, pois como sujeitos ativos nesta relação eles se reconhecem cada vez mais como legítimos integrantes e pertencentes ao meio, afirma Diegues (DIEGUES, 2002 e 2008).

Neste sentido, o que nos relata o pescador “P”, a qual expomos a fala abaixo, e que em nossa opção metodológica já explicamos o porquê de identificá-los desta forma, nos mostra a sua relação com o mar, a natureza e os seus limites:

(P6): “Porque a gente depende da maré, eu dependo da maré, e do vento, essas coisas, e os melhores jeito de ler isso aí é olhar pro céu, olha pro céu tá lá, vai chover, vai ventar, a maré, você olha pra lua, a posição que ela tá no céu, ela vai dizer como ela tá, pelo tamanho dela também. Só que não espera, não é igual, marca um encontro ali, a maré não espera não.”

Ao serem indagados sobre o significado da pesca para sua vida, os sujeitos parecem acessar uma mesma definição construída e inscrita em memória afetiva e coletiva histórica, já que praticamente todos responderam com um conceito comum. Podemos arriscar dizer que, essa uniformidade de valores que se expressam numa complexidade de situações é, também, fator básico que os define e os distingue como pescador artesanal:

(P1):“Pontal do Sul aqui é morto né, é um lugar bem parado, é só pra você viver meio assim, nessa vida que a gente leva, entendeu, um sossego, sem roupa, sem nada... (Gosta?.) Adoro! Cara. Morar assim, nesse lugar aqui... caiçara né, tá no sangue...Trabalhei um tempo como representante da comunidade, andei envolvido com ONG, essa coisarada, mas através disso aí.... mas não saio daqui né... Santa Catarina, já gosto de Santa Catarina, trocou de mar... eu saio daqui pro lado de Guaratuba, onde tiver água cara, parece que tá no sangue mesmo, os peixes atizam a gente, os barcos...”

(P2):“Vamos dizer assim, apesar de eu não depender da pesca, a pesca para mim é tudo, a gente filho de pescador nasceu aqui, a gente vive disso aqui, pai pescador ensinou tudo”

(P3):“Meu pai era pescador, eu amo pescar é um escape, é uma paixão.”

(P4):“Meu sustento, meu prazer, minha liberdade e meu trabalho.”

(P5):“Cê sabe que eu não curto a temporada, mas eu gosto por causa que, os caiçaras, os nativos tá no sangue, ele chega essa época é pra nós, é uma alegria, uma esportiva, é mesma coisa que nem o tempo da tainha, a tainha a gente vai contando o tempo, vai contando, contando, quando vai chegando perto a gente já começa ficar mais alegre, mais contente. Não pra vender, essas coisas, mas pra pegar pra comer né, pô, isso ai é a comida do caiçara né, isso é uma coisa muito bem divulgada, né.”

Essas falas remetem a paixão pela pesca, desde o orgulho pela prática e a identificação com a atividade, até a relação com o meio ambiente e o local de vida. A simplicidade e grandeza do saber tradicional demonstra um forte senso de pertencimento ao território e a atividade pesqueira.

(P6): “Mas é que, o horário pra mim é igual todo mundo, só que meu relógio é a lua, né. O ponteiro do relógio é a lua e o relógio é o céu. Daí você olha, conforme está os ponteiros, você vai pro trabalho.”

Por isso os territórios constituem elemento fundamental para sua existência, para conservação dos recursos naturais nele presentes. Os saberes culturais que permeiam as relações do homem tradicional com o meio ambiente são imprescindíveis quando se trata de conservação, diversidade e educação ambiental.

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes. De maneira genérica essas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas limdeiras sob a acepção corrente de terra comum. Por seus desígnios peculiares, o acesso à terra para o exercício das atividades produtivas dá-se não apenas por meio das tradicionais estruturas intermediárias da família, dos grupos de parentes, do povoado ou da aldeia, mas também por certo grau de coesão e solidariedade obtido em face de antagonistas e em situações de extrema adversidade, que reforçam politicamente as redes de relações sociais. (ALMEIDA, ANO, p. 39 e 40).

É nessa perspectiva que observamos: os saberes e valores dos povos tradicionais se aproximam mais de uma teoria conservacionista ou ambientalmente correta, mais sustentável que quaisquer outras populações ditas “modernas”. Os pescadores artesanais são exemplos de populações tradicionais cujo mar e a floresta são fundamentais para a sobrevivência da família, já que tem sua historicidade intimamente ligada à natureza (DIEGUES, 2002). A primeira vista, não percebemos nestas comunidades tradicionais a mercantilização exacerbada da natureza, ao contrário, a integração consideravelmente estável está mais evidente nestas relações

do que, por exemplo, nas tentativas pontuais e conservacionistas ou de “retorno ao campo” e resgate das relações homem-natureza de grupos que se julgam conscientes e politicamente (mais) corretos em relação ao ambiente. Por este ângulo, a permanência deles nas regiões que ocupam causa impactos menos significativos ao ambiente em comparação as ocupações urbanas convencionais.

(P6): “Eu acho que faz parte do jogo um pouco, se adaptar a natureza. A gente é muito comodista.”

Os aspectos simbólicos da cultura caiçara são construídos através das inúmeras histórias e “causos” contados nas canoas, nos trapiches, nos comércios, bares e mercados, enfim, nos espaços que frequentam. Segundo Diegues (2002), o espaço é fundamental na constituição de identidades coletivas e individuais, e o saber tradicional está condicionado à região e as práticas do cotidiano, vistas como formas de manutenção da vida. Estes eventos são a base da constituição cultural de um povo, ainda segundo o autor.

(P6): “Você vê o pessoal da Barra, é uma outra cultura, o dialeto, você viu como eles conversam entre eles, você entende alguma coisa? Quando você vê, falam com você, você entende, mas quando falam entre eles é outro dialeto, outra maneira de perceber as coisas também, né.”

(P6): “Você notou que cada um deles tem o sotaque diferente, né? É isolamento, né? Não, não. Falo assim, as vilas, moram perto, mas é difícil de ir lá falar com o cara, então eles ficam falando dentro da família, do núcleo familiar e começam, ficam falando igual o pai. Outra coisa que é legal são os rádios, eles trocam rádios então eles têm que prestar atenção [...] O pessoal ali do Canudal, eu não consigo conversar com aqueles caras, e ó que é desde de criança eu não entendo. É complicado, eles falam muito rápido, muito rápido, tipo mané da ilha, mas é um rápido cantado, esquisito assim.”

(P6): “Aquilo ali é mal feito, tem um que é bem feito, que é um dos surfistas, que eles usam no relógio, é um programa que ele dá certinho quando tá subindo e descendo, só pode fazer o calendário de maré, pela lua, por mais nada. As outras variáveis você acrescenta na hora. Quem coordena a maré é a lua, né? Como que eles fazem, eles pegam tudo os dados pregressos que eles têm, tiram a média e lançam, p****! Não vai se repetir o mesmo fenômeno. Às vezes sim, às vezes não. É, que daí você vê assim, geralmente esses negócios ali, de tábua da maré tá escrito: ‘não devem ser usados para fins de navegação’. Serve pra que então?”

(P6): “É, eu acho que aquilo dali são provas de que ali teve uma vila muito antiga. Eu acredito que a Vila da Ararapira ali deve, naquele lugar, eu acredito que deve ser de 1500 a 1600. Eu desconfio, que vocês sabem que teve um maremoto que soterrou a primeira vinda a São Vicente. Sabem disso aí? É 1500 e pouco. E acho que há uns dois anos atrás apareceu um desses navios na praia de São Vicente, os caras tavam desenterrando lá. E eu acredito que foi nessa mesma época, soterrou. Porque ali, pra ter enterrado, ele não tá no nível do mar, ele tá acima, e pra soterrar tudo aquilo ali sem quebrar, sem estragar nada, foi um evento extremo. Pode ter sido o mesmo evento que soterrou a vinda a São Vicente pode ter soterrado ali. Não, mas eu não estudei isso, isso são só suposições. Seria legal assim pegar e a galera, se fosse na Europa, a galera tava estudando, desenterrando tudo certinho, guardar [...]. É porque se não o mar vai comer, vai destruir tudo. (P): O mar vai derrubando. Quer ver, olha só, essa matéria aqui eu tirei de lá. Porque eu perguntei pro pai do Flávio e tudo. Ó, isso aqui veio dessa embarcação, um dos pregos da embarcação. Ó o peso dessa madeira. E ó, é firme e tudo. Isso aqui parece que tava 300 anos embaixo da terra. Até agora eu não reconheci que madeira que é, não é aqui do Brasil. Não, e se ver assim o tipo da construção, eu acho que é caravela aquilo. São grande as carcaças, devia ser barca de 15 metros, 12 metros.”

(P6): “Eu fiquei uma época ali morando no Bom Abrigo também, lá era melhor ainda. Só que daí começaram a proibir tudo lá também, uma enchecção de saco também. Fiquei um ano e meio lá morando. O cara que tomava conta lá, que era o antigo caroneiro da ilha, ele morava lá há 40 e poucos anos e era amigo do meu pai já desde sempre, e aí quando eu era moleque eu ia até a casa dele. Quem me ensinou mais coisa de mergulho foi esse véio, seu Ferreira. Hoje em dia tá velhinho, tá com uns 70 e poucos anos, 75-76 anos. Hoje em dia ele vai só de vez em quando, agora mora em Cananéia. Diz que uma das primeiras construções no Brasil era lá. Antes de fazerem Cananéia, diz que tinha [...] Tem umas ruínas lá onde que [...] lá onde que, na estação baleeira, que os Passos foram, o lugar onde ficava os presos [...] É, diz que tudo o que vinha de fora, chegava ali em barcos grandes e entrava em barcos menor pra barra, e também todo produto que saía [...] Tinha que passar por ali. É, saía, ali acumulava pra levar pra fora. É bem interessante. Se vocês gostam assim de negócio de história tem um monte desses malucos lá.”

(P1): “A vida de pescador é tão ingrata... você acredita que.... foram uns amigos meus com uma rede dessa que te mostrei, uma semana antes, mataram 100 kg de camarão branco num dia... fui lá e fiquei 15 dias, tive que penhorar um relógio pra voltar pra casa... fiquei 15 dias e não tirava nem pra comer... Falei pro meu primo, vamos embora... somos caçara, somos tudo, mas cada um no seu território.. vamos embora cara. Prometi que nunca mais pisaria lá, já faz 30 anos. Jurei pra mim mesmo que nunca mais eu voltava lá...”

Neste trecho de conversa sobre uma pescaria malsucedida na Barra do Ararapira, percebemos o respeito que os homens do mar têm aos territórios de pesca, que fica claro por diversas vezes em suas falas, e são transmitidos oralmente em formato de estórias, lendas e superstição. Segundo Diegues, os valores são instituídos, geralmente, de maneira coletiva, e os conhecimentos provêm principalmente da oralidade dos mais velhos e sábios frente aos demais, durante as

próprias atividades de pesca, coleta ou confecção técnica dos equipamentos utilizados, frutos de uma educação informal transmitida tradicionalmente (DIEGUES, 2002).

E são muitas as histórias sobre acidentes, naufrágios, tempestades, pescas marcantes e, sobretudo, narrações das habilidades que um pescador precisa ter, já que a prática da pesca artesanal é um ato de coragem e sobrevivência frente a natureza.

(P1): “Em Guaraqueçaba houve um afundamento de barco... O pescador ficou enrolado numa rede, preso num bote no fundo. Salvaram apenas os netos e a esposa... Estava arrumando o barco pra pesca da tainha.”

Nesta visita os pescadores mostraram o desânimo com algumas dificuldades profissionais e pessoais, e a apatia diante da perda de um companheiro de profissão num acidente.

(P5): “mas a gente fica baqueado cara, uma pena.”

Diegues (2015) enfatiza que é nesse território de vida onde as atividades pesqueiras se desenvolvem que se realizam as relações sociais entre os pescadores e que se processa e produz conhecimento tradicional transmitido aos jovens pela oralidade. Segundo Diegues (2015), a cultura da oralidade também é patrimônio de outros povos e comunidades tradicionais através do mundo.

(...)esse território não é só um território de produção material, mas é um território que produz relações sociais, de amizade, às vezes de conflito, que produz conhecimentos, simbologias, histórias de tempestades, às vezes naufrágios, que o fazem (...) um exemplo importante de patrimônio material e imaterial de comunidades marítimas no Brasil. (DIEGUES, 2015, p. 3).

IMAGEM 1 - CAMINHOS



FONTE: A autora (2018).

Esta sabedoria histórica ligada ao ambiente fica evidente no vasto conhecimento que possuem sobre os ciclos naturais em geral – as correntes marítimas, as nuvens e sinais de tempestades, a influência da lua e suas fases propícias à atividade, os ventos amigáveis e os desfavoráveis, a migração, hábitos alimentares e de reprodução das espécies de pescado, às técnicas e apetrechos necessários à pesca de cada tipo de peixe: sem esses conhecimentos as saídas para a pesca poderiam se transformar num fracasso e num perigo à própria vida dos pescadores (DIEGUES, 2015). Nas visitas de campo, muito do que se ouve, e se vê é o respeito à natureza e sua força:

(P2): “O mar lá é muito agitado, o mar é muito perigoso... Cê tá mexendo com a natureza né, tá desafiando a natureza.”

(P3): “Só que tem a barra que a gente passa de barco... a carregação veio lá!” (sobre um acidente no mar em que teve que ser ajudado por outras embarcações para ser resgatado com seu barco).

(P1): “Sempre andado pela baía afora, nada de mar grosso.” – sobre enfrentar os riscos atualmente.

IMAGEM 2 -TERRITÓRIOS



FONTE: A autora (2018).

Ainda segundo Diegues (1995) o poder de decisão na captura é tão caro ao pescador artesanal, uma vez que ele define, por meio de seu conhecimento e experiência sobre o mar e os peixes quando e onde pescar. É a sua autonomia frente aos saberes e conhecimentos que adquiriu e construiu durante toda uma vida de experiências dentro e fora do mar.

(E) Você sempre vai pra Ararapira?

(P6): É, sempre que dá, eu acho que lá é bem mais produtivo que aqui. Acha que consegue pescar um volume maior, num tempo menor. E aí vale a pena o deslocamento. O tempo de viagem pra lá, se for por fora, eu vou demorar uma hora e vinte mais ou menos, por dentro é umas duas horas e meia. Mas por dentro é mais seguro também, por causa de vento. Normalmente eu vou por fora. Quando eu volto carregado, às vezes, eu volto por dentro.

Também, a relação de respeito à natureza e os hábitos, como o “guardamento” dos dias santos, uma tradição que é passada oralmente aos membros mais jovens da comunidade:

(P2): “Essa eu vi que ela tava empilhada assim e o coro se mexendo assim, sabe... jaracuçu, a coisa mais venenosa que tem aqui na praia... No Guaraguaçu, o (pescador) que não morre de cirrose morre de mordida de cobra.”

(P1): “Duas coisas que não embarco. Nunca vá pra água em finados! Nunca pesquei em finados. Me lembro isso aí, eu era criança. Os pais falaram pra ele, não vá filho, não vá! e ele foi. Não voltou mais! Tudo por desobediência. Falava pra ele, não vá nesse dia pro mar, não vá! E sexta feira santa né!? Nunca desafie a natureza.”

A pesca neste estudo, tem mais afinidade com as categorias de pesca de subsistência, acompanhado da coleta e o cultivo de pequena lavoura no terreiro e a pesca nos moldes de pequena produção mercantil – que objetiva a comercialização, supõe a divisão social do trabalho e inclui atores que não necessariamente participam da captura do pescado, mas, ainda assim, tem características basicamente familiares, com utilização de tecnologia com pouco poder de predação (Diegues, 1995).

(P1): “A natureza tem tanta coisa que oferece pra nós assim, pra viver... Isso aqui cara, quando a maré começa a encher assim, pra você matar seu almoço, pode ficar sossegadinho no trapiche... seca tudo a água do rio aí, some tudo, fica só uma beiradinha do lado lá.... é só você fica quietinho aí pra matar o seu almoço.”

(P5): “Você vai por dentro do rio até lá em cima lá, sem água. Esse rio aqui vem lá do balão lá, de onde vocês entraram. Então tem uma riqueza imensa. Aqui tem um siri, que você vê o pessoal fazendo pesquisa, siri do casco azul.”

(P4): “Aqui dá tudo né, dá lenha, dá peixe... Ostra, se eu quiser, só a maré baixar, vou ali tiro tudo que eu quero.”

(P3): “Isso aqui, a gente atravessava aqui pra ir lá na ponta do lanço” (sobre as extensas áreas cercadas e fechadas com placas de propriedade privada).

(P2): “Isso aqui eu abri tudo cara... Mas aqui é um lugar muito gostoso cara. Muito gostoso de morar”.

(P1):“Tô dando uma geral no meu barco aqui né, tá chegando o tempo do caranguejo né, por isso que eu tô meio alegrão, vai chegando essa época dá uma uma alegria na gente né... Aí to dando uma geral no barco, porque mês que vem já anda o caranguejo, pra mim dá uma curtida aí, dá uma geral ai.”

(P1): “Eu arrumo, arrumo, mas não chego a sair do porto, porque eu pego aqui em casa mesmo. Então às vezes eu arrumo o barco pra ir lá pro lado de..., das Peças (ilha), praquele lado pegar ali, ali pro lado da Cotinga (ilha)... Mas vou aqui no porto, já tá andando, já pego aqui mesmo, já pego, já trago pra cá, já meto-lhe na panela e (risos) aí com feijãozinho, uma salada de cebola, uma salada de tomate.”

IMAGEM 3 - PORTO



FONTE: A autora (2018).

Segundo Diegues (1995), o pescador artesanal atualmente se configura em um novo tipo de trabalhador, não podendo ser traduzido como o pescador lavrador que o antecedeu, mesmo sendo um pequeno produtor. Isto porque surge o pescador como trabalhador que vive exclusivamente da profissão.

Para o pescador, pequeno produtor litorâneo da região, a pesca geralmente é associada a uma atividade complementar, uma vez que se restringe a períodos de

safra (como a tainha e o camarão branco, por exemplo). Para os homens, a função de caseiro, que contempla atividades como de jardinagem, cuidados e pequenos reparos em casas de veranistas, e faxinas e venda de produtos em catálogos (cosméticos, acessórios, roupas e miudezas em geral) para as mulheres, são alternativas que complementam a renda nos períodos de defeso das espécies ou de pouca comercialização do pescado devido à baixa procura e a demanda de mercado, de acordo com o clima e período do ano.

(P1): “Lua quarto minguante não presta, tainha tem que ser maré de lua, que faz o peixe correr, isso aí é peixe de corrida.”

(P2): “Boca da noite não presta, porque a turma bate muito, entende, aí o peixe não chega a cortar... Porque a tainha, a tainha é o seguinte, a tainha corre pro seco, pra ela desovar, fazer a piracema, por isso que ela... aqui ontem teve lanço pra 600, 700 tainhas.. mas é.... um mês, que nem o caranguejo, só pro outro ano.”

Essa alternância de atividades é vista como um tipo de resiliência da comunidade, já que visa a permanência na atividade pesqueira como profissão, fonte principal de sobrevivência. Nas conversas, as dificuldades na vida do pescador vêm à tona em meio a mais otimismo do que frustração.

(P3): “A maior dificuldade na vida do caiçara? Nessa época? A dificuldade de sobrevivência de vida? Agora, agora não tem grande dificuldade, porque já tamo perto da temporada. Mata um paru, já trabalha de diarista... Pior desgraça na vida do caiçara é agosto, porque você não vê um peixe, não dá nada... não dá nada! Mas a dificuldade não tem né!”

(P4): “Mês que vem agora, primeira lua nova, ele já (...), eu já to monitorando eles aqui, entendeu, e... mês que vem é pra andar, porque nós já tamo em outubro né, dezembro a primeira corrida dele, aí anda natal, ano novo e carnaval, né, então já começa a alegria um pouco.” (sobre a temporada de caranguejo 2018)

(P2): “Eu tô bem aborrecido aqui sabe, tô bem injuriado.. Pontal é pra trabalho assim, trabalho de pesquisa... Mas em matéria de trabalho, não tem. Não tem pra onde sair...”

(P1): O que me injuria um pouco é que Pontal não tem onde ir, é só chuva direto, aí aborrece mesmo. Vou ver se tento comprar um motor rabeta pra mim, fazer correr mais esse bote meu aqui.

Durante as visitas, muito falamos sobre a prática de se construir as embarcações. Apesar dos embargos que a legislação impõe à retirada de madeira para se esculpir a canoa tradicional de um pau só, as técnicas e os materiais foram sendo adaptados com o passar do tempo. Alguns dos pescadores da região constroem, para uso próprio e para comercialização para os demais colegas, sob encomenda ou não, as embarcações que utilizam.

IMAGEM 4 - EMBARCAÇÃO



FONTE: A autora (2018).

(P2):E eles usam canoa, tem ainda por aqui, aquela canoa caiçara, alguns ainda tem.

(P6): “Tem que faz em Paranaguá que volta e meia ele tá por aqui, que tenha técnica mais ou menos. É o César. Ele construiu uma parte desses barcos da travessia, ele constrói o que eles quiserem. E é analfabeto de pai e mãe, tio, louco inteiro [...] Pô, o cara olhava o barco, ele olha assim e não media nada, ele só olhava, bota o pau aqui, desenha a medida e faz aqueles barcos gigantes pra travessia, os melhores barcos que tinha, era ele que fazia. Eu não sei onde que ele tá, mas ele anda por aqui, se você perguntar nos estaleiros aí, vendo onde tão arrumando barco de madeira aí [...] Ele tá por aí. Daí a mulher dele trabalha também, faz isso, o filho. Já muita geração que trabalha com isso, mas meu Deus do céu, esse não passou nem perto da porta do colégio.”

(P1): “Aquela é maior, é mais segura... essa é menor, é mais louca. Não que ela seja louca de virar, por ela ser leve. Essa aqui eu fiz pra tarrafear. Aquela cabe até 5 pessoas dentro. Aquela é mais pesada pra cortar água. Aquela lá é pra motor. Eu faço um dessa por semana, eu.”

As embarcações em sua maioria são construídas em compensado naval atualmente. Um de seus barcos recém-construído estava atracado, e não havia sido calafetado ainda. Essa técnica serve, segundo o pescador, para melhor isolar a parte externa, que fica dentro da água – é feito o “arremate” nas faces da embarcação com tinta e com serragem, selando as frestas das tábuas e evitando que entre água em seu interior. Tivemos a oportunidade de participar desse trabalho.

IMAGEM 5 - CONSTRUINDO A CANOA



FONTE: A autora (2018).

IMAGEM 6 - CALAFETANDO



FONTE: A autora (2018).

A outra embarcação construída por ele e já comercializada ainda estava no porto. É um barco de 11 pés, aproximadamente 6,5 metros, e motor de 1,5. O novo proprietário, na tentativa de praticar a pesca de lazer e esportiva, fez mal-uso da embarcação, e inexperiente, perdeu parte dela com a falta de manutenção. A água entrou, e foi toda para a proa, apodrecendo algumas tábuas.

(P1): “O barco tem que ser estaleirado nesta altura. A maré está subindo... Este tem 7m por 1m de boca, é um barco bom. É necessário estaleirar pra ventilar e não apodrecer. Quando ele tá na água, ele trabalha, ele fica legal.”

Diegues afirma que os avanços das técnicas e as mudanças tecnológicas se justificam, já que essas comunidades não estão isoladas e que podem absorver elementos da modernidade, sem que sua cultura e modo de vida deixem de ser tradicionais - “Hoje, essas canoas fantásticas são feitas de fibra de vidro, no formato das anteriores ainda que maiores” (DIEGUES, palestra proferida em 2015, na UFPR

Litoral). Por exemplo, a canoa caiçara, chamada de canoa de um pau só, era esculpida artesanalmente num tronco de árvore nativa, geralmente o guapuruvu (*Schizolobium parahyba*), pelos mestres caiçaras e utilizada pelas populações tradicionais principalmente para a pesca de subsistência desde Paraty, litoral sul do Rio de Janeiro até o norte do Paraná teve o pleito de ser reconhecida como patrimônio imaterial do Brasil por sua importância na manutenção da vida dessas comunidades (PARATY, 2013).

Quanto a isso, Brandão (2009) ratifica:

Um conjunto de leis e normas, vigente em determinado grupo social, modifica-se também, geralmente, adaptando-se a novas situações sociais, ou explicitando suas partes. Quando um grupo é posto em contato com outro, suas normas de comportamento podem ser influenciadas ou influenciar normas do outro grupo. (BRANDÃO, 2009, p. 723).

IMAGEM 7 - "DEMÃO" DE TINTA



FONTE: A autora (2018).

Vemos na construção dos barcos, principalmente, apesar de a técnica tradicional ter se modificado e adaptado em função das novas condições instaladas, uma das maiores materializações da cultura pesqueira. Em seu artigo: “Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares”, Brandão (2009) ratifica:

Qualquer que seja a forma como um grupo ritual, uma comunidade rural ou um movimento social concebe suas criações culturais e as assume como uma modalidade de reconhecimento, de expressão de si mesmos e de empoderamento, a marca identitária de um múltiplo processo de retomada e recriação de tradições e inovações culturais autóctones é muito forte e sempre essencial. (BRANDÃO, 2009, p. 746)

IMAGEM 8 - PONTO DE VISTA



FONTE: A autora (2018).

Alguns momentos de solidão permeiam as memórias sobre a pesca e suas relações de trabalho.

(P1): “As vezes eu penso cara, de fazer um barco porrete pra voltar pra pesca aí, sabe... um barcão bem grande mesmo, com convés, com beliche, com tudo, mas você não arruma ninguém pra pescar...”

(P6): “Ah, muitas vezes eu vou sozinho, aí encontro o Flávio lá, fico pescando com o Flávio lá. E por aqui sempre tem a parceria da galera aqui, vai um dia com um, um dia com outro, vai daqui uma meia dúzia de barco, aí vai se alternando pra não ficar vendo sempre a mesma cara.”

IMAGEM 9 - OLHAR



FONTE: A autora (2018).

Interagir e fotografar (com) os moradores nos geraram nesses dias de campo, sob sol ou sob chuva, trocas e experiências interessantes e ricas, e saborosas refeições. A experiência da refeição, passando algumas vezes pela captura do pescado ou a escolha dos ingredientes, o preparo e a feitura, até a mesa de tábuas de madeira, fabricada pelo próprio pescador, e onde o alimento é conosco compartilhado. O paladar e a alimentação dizem muito sobre os costumes a cultura local. Temperos e comidas revelam imagens e signos de cada grupo, com as influências socioculturais e da natureza, da ancestralidade, da sua história, assim como alguns dos utensílios ligados ao ritual de refeição.

IMAGEM 10 - COZIDO



FONTE: A autora (2018)

(P1): "Cebolinha verde, alfavaca e salsinha... isso é a comida do caiçara, o tempero que o peixe pede."

IMAGEM 11 - DEFUMANDO A CAMBIRA



FONTE: A autora (2018).

Em uma das visitas tivemos a oportunidade de ver as cambiras de tainha sendo preparadas defumadas na lenha, de perceber a dificuldade do processo de preparo do prato da forma tradicional, e numa visita futura, de provar essa iguaria.

(P1): “Moça, se você vê setenta reais não paga nem... Você vai pagar numa tainha com 3kg, você paga quarenta e cinco reais. Tem que limpar, salgar. E pra mim fazer a cambira, vou deixar ela no tempero.. Deixo ela de molho no tempero de um dia pro outro, o tempero que ela pede mesmo, tempero verde. O peixe passa a noite no tempero, depois bota pra escorrer no fumeiro. O processo é vinte minutos de fumaça, quinze minutos de fogo, vinte minutos de fumaça, quinze de fogo... Pra manter ela, pra cozinhar a carne dela e defumar. Pagar setenta reais na tainha na festa é loucura. Loucura pra nós, nós tamo sempre mexendo com a cultura dela.”

Percebemos nesta fala, a exclusão social dos pescadores imposta pelo capital, dentro do sistema que eles próprios alimentam – eles pescam a tainha, mas se sentem sem acesso a ela nas festas municipais, devido ao alto custo.

IMAGEM 12 - PIRÃO



FONTE: A autora (2018).

Em outro momento, fomos convidados pro almoço – foi servido tainha assada, arroz com aroeira, salada e banana. O pescador, achando que a quantidade não era suficiente para as pessoas que se serviriam, arrancou um aipim amarelo do quintal e cozinhou. O gás acabou durante o preparo, e o cozimento foi finalizado a lenha, no mesmo fogareiro que defumam os peixes. O pé de aroeira (pimenta rosa), também comum nos quintais, é conhecido entre os caiçaras como erva-de-passarinho. Como não é possível fazer plantações maiores devido à rígida legislação que os criminaliza, eles buscaram alternativas pra manter pequenos cultivos, e se adaptaram.

IMAGEM 13 - TERREIRO



FONTE: A autora (2018).

(P1):“Ah, se eles não fossem embargar, esse coiso ai, esse, esse, essa tapera que tá ai, dava pra fazer uma grande plantação de aipim aí, cara. Esse terreno é só areia, tabuleiro, dava pra fazer uma grande plantação de aipim. Mas os caras não deixam. Os caras sabem que isso aqui é área que eu cultivo, dos nativos.”

Vimos nos terreiros além das tradicionais hortas, pequenas plantações – banana, abacate, aipim, pupunha, laranja, limão, batata-doce, abricó, paina (cana brava pra dar de comer o gado), cana, também ervas e plantas medicinais, como jurubeba, arnica. Mesmo tendo o suficiente pra consumo próprio, novas dificuldades surgem e reiniciam o ciclo de resiliência.

(P1): “A maré veio aqui, em novembro de 2017, faltou 15 cm pra entrar na casa, ficou tudo queimado, matou tudo.”

(P6): “Invadiu tudo lá, o rancho da galera, não sei. Agora com o que eles estão com maior preocupação de todas lá, é que diminuindo a correnteza, vai criar mangue aqueles baixios, o maior medo deles é isso, por causa do porvinha, o mosquito.”

(P6): “É, pode ter o efeito placebo, mas eu acredito que a força de concentração mesmo, a partir de que você toma uma coisa e acreditou, aquilo que vai ser o mais forte. Mas assim, eu não nego as ações mencionadas, pra mim não existe mato, mato é a designação de uma planta que você não conhece a função para você.”

IMAGEM 14 - MEDICINA POPULAR



FONTE: A autora (2018).

Tentamos também verificar a presença das mulheres nesse espaço e identificar como sua participação se constitui no cotidiano do trabalho. Ainda que a prática seja quase exclusividade masculina, muito por conta de limitadores como a força empregada na atividade, os riscos e os estigmas e preconceitos, isso não impede a sua atuação na profissão, já que a participação dos membros da família é indispensável nas atividades pesqueiras. Esses arranjos que dividem papéis e responsabilidades apresenta-se como um dos pontos de mudanças na dinâmica local, após a inserção das mulheres na pesca.

Elas entendem como uma vitória, sinal de respeito e aprovação desta atuação a conquista de mais autonomia desde que, esposas e companheiras dos pescadores, passaram a ter o direito a receber o auxílio defeso também, o que foi um avanço no reconhecimento de direitos. Com o aumento de mulheres que passam a exercer a pesca profissionalmente, mudanças significativas no cotidiano e nas relações de gênero foram inevitáveis, o que não resulta necessariamente em transformações profundas.

Para a maioria dos pescadores, o papel da mulher na pesca é basicamente limpar o peixe, cozinhar, fazer o curtume de bolsa e artesanato, e o mais importante, a venda, já que geralmente é a mulher que comercializa o pescado. Grande parte das bancas de peixe é comandada por mulheres. A mulher tem uma propriedade diferenciada na atividade pesqueira, e mantém nestes espaços, em terra, papel fundamental e o seu protagonismo na pesca.

4.3 MEMÓRIAS SOBRE A PESCA - ENTIDADES REPRESENTATIVAS, PARCERIAS E LEGISLAÇÃO

A associação de pescadores de Pontal do Sul surgiu há aproximadamente 18 anos e a necessidade principal era a questão da venda, do mercado e comércio do peixe. Neste aspecto, Diegues (2015) nos demonstra de forma geral como isto se processa:

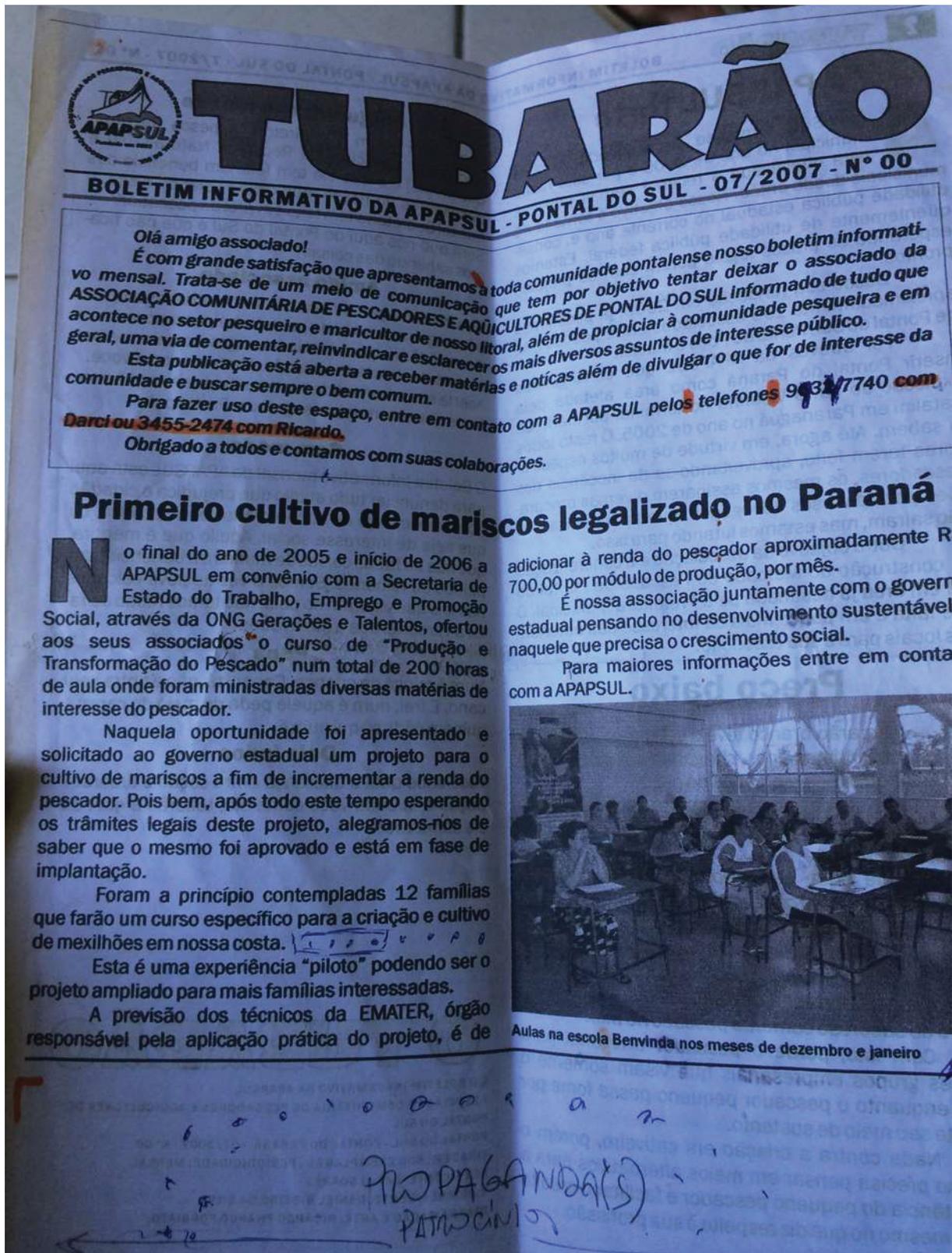
“(...) Os avanços sobre territórios pesqueiros por parte de empresas de exploração de petróleo, mineradoras, portos, especulação imobiliária, empresas de pesca e de cultivo de camarão etc... No entanto, essas ameaças também têm gerado reações por parte de movimentos organizados como o do Movimento de Pescadores e Pescadoras que tem atuado na defesa de territórios e direitos restringidos por uma política neoliberal e de pressões do atual Congresso Nacional.” (DIEGUES, 2015).

Segundo os pescadores, o vínculo com a Colônia serve, basicamente, para que eles tenham a carteirinha de pesca e alguns acessos, enquanto a Associação dos Pescadores Artesanais de Pontal do Sul, a (APAPSul), é a entidade que eles reconhecem e legitimam com representatividade. É a associação que eles vivem mais. Segundo informações da entidade, são hoje em torno de 80 associados, de várias localidades da região:

(P6): “É, uma parte tá morando aqui, mas assim, às vezes o cara mora 2 anos aqui, vai 5 pra lá. A maior parte é residente, mas sempre tem esses [...], é um povo que a gente se conhece desde sempre e no mar tá sempre tudo junto, tá se afiliando. E a gente tem essa ideia que, a gente não adianta querer restringir grupinho que tem características iguais, quanto mais heterogêneo o grupo e maior, melhor pra gente.”

(P6) “É mais uma coisa burocrática, aquela coisa [...] E a associação é pra gente desenvolver as coisas, pra estar mais junto.”

IMAGEM 15 - INFORMATIVO APAPSUL



FONTE: A autora (2018).

Questionamos que tipo de problema eles identificavam na época, e que motivou a criação da Associação:

(P6): P:6“Ah, muito problema em comum, né? E daí se tocaram que era mais fácil trabalhar junto pra resolver um problema que é de todo mundo, do que trabalhar sozinho. Ah, na verdade, eram poucos lugares, nunca tinha porto, a principal bandeira era a procura no mercado público, onde se pudesse ter uma venda varejista. Se você for olhar, quase todos os balneários daqui pra lá, é, o sul, o pessoal é tudo melhor de vida, porque eles têm uma venda varejista, aqui o pessoal acaba caindo em banca ou atravessador. Então, é uma reivindicação bem antiga da galera, mas a prefeitura não quer que o pescador se estabeleça aqui e amplie a atividade. Porque os planos pra cá é desenvolver um terminal industrial portuário né, pra trabalhar com pré-sal e essas coisas. Então, pescador convive muito do ambiente saudável, acaba sendo atividades conflitantes, né. O pessoal prefere não [...] ah sim. É, agora tá ali, a gente já pediu um monte de ajuda assim na boa, tranquilo, pros caras, mas aí os caras prometem e esquecem, né. É, porque, quem bancou a campanha deles, foram os empresários, latifundiários, então [...]”

(P6): “É, daí é só mais uns inimigos da gente, vai pescar, tipo assim, ‘o que é proibido?’ É proibido se vê a polícia, se vê a polícia tem que sair fora. É, você é refém, né. Na verdade, é toda sociedade, mas os pescadores parece que é mais forte isso aí. Se tem um monte de regra, tá te botando na ilegalidade, vai ficar ali até a galera invocar com a tua cara, se invocar com a tua cara, alguma coisa você está devendo, eles te levam.”

Quando questionados se consideravam a pesca artesanal criminalizada e se pessoalmente já passaram por situações que os fizessem sentir nessa situação, como multas ou apreensão de material:

(P6): É, ela é marginalizada, que vive às margens. Nossa atividade, como diz, a gente contribui pra sociedade, a gente paga imposto, consome, tudo. Mas a nossa forma de trabalho, de produção é criminalizada.

(E) E você já passou por alguma situação assim?

(P6): “Não, mas os (demais) pescadores sim. [...] eles começam a vir pra mim, eu não discuto, começo a dar risada e tirar sarro, às vezes os caras ‘vai embora, sai daqui’. A maior parte aqui, eles mandam embora assim, porque a galera [...] o que é a porcaria, os pescadores veem e a ponta do fio, que é o fiscalizador, o polícia, mas pô, o cara tá numa maior roubada que você, porque ele é obrigado a cometer uma injustiça, se ele não cometer a injustiça ele comete a prevaricação, ele não pode deixar de autuar. Então ele tem que andar de olhos fechados, tem que dar graças a Deus o cara mandar a gente embora. Em São Paulo ali, muitas vezes, eles pegam um cara lá fora por causa de malha ilegal, eles algemam o cara, levam o cara algemado, vai em cana, vai lá pra Santos.”

(P6): “É, São Paulo os caras são bem mais chatos. Passando ali da Barra do Ararapira já muda o tipo de fiscalização. É, não soube lá que a galera chegou lá de São Paulo, pegou o Tião pescando, ele tava um pouquinho pra lá da barra, prenderam ele. Só que entraram, a galera foi lá e se amarrou no barco da Federal. Acho que foi um ano atrás, pegaram um monte de barco, os barcos da Barra e do Pântano leste, amarraram no barco da polícia e puxaram pro baixio e sequestraram os policiais. Foram lá, gritaram com os caras, tipo ‘vão ficar aí até liberarem os caras’, deixaram umas multas, mas foram embora. Daí não vieram mais pra cá.”

Sobre os conflitos em geral, vivenciados na região, e as formas combativas mais comuns.

(P6): “Porque se uma unidade não se une, vai um, vai outro [...], é uma forma também de resistência pontual, de um conflito que gente de fora não enxerga, que é essa mobilização. Normalmente a galera presta atenção nos eventos mais drásticos, naquela coisa do dia a dia, os conflitos crônicos o cara se acostuma, passa despercebido.”

(P1): “Aí é que tá, a Instituição em si é nossa, ela tem que ter a função legal, mas é que sempre tem alguns os caras que usam o público em interesse privado, por isso que eu falo, alguns bobos dali que fizeram isso aí, não a Instituição em si. É os maus funcionários.”

(P6): “Eu acho que é basicamente isso e tem uns moleques idealistas ali que entram ali, que é um boi de piranha. Porque os picaretas não vão lá falar com os pescador, não, eles ficam sempre achando as meninas mais bonitinhas pra jogar em cima dos pescador pra ver se os pescador ficam contando onde tá o peixe, o que que pegam. É, eles não mandam marmanjo pra lá entrevistar pescador, é só as meninas mais bonitinhas, aí o pescador dá atenção, não xinga, não vai bater. É, não dá informação pra ninguém, quer informação vai lá catar, fabricar dado, tá ligado? Vai lá fazer pesquisa, fazer coleta. Que nem o instituto de pesca, esses caras eu não reconheço, não, pra mim é tudo picareta. Ó, o instituto de pesca, esse CEPSUL tudo picareta, se eles prestassem o mínimo, a nossa gestão pesqueira não era essa zona que tá. Os caras ganham muito dinheiro, fazendo uma gestão muito equivocada, é um dinheiro muito mal-empregado. Não que a função não seja necessária, mas ela é muito mal exercida. Ah, tudo um bando de bobo, né.”

Os pescadores afirmam que a maioria das regras que são criadas e impostas são descoladas da realidade da pesca artesanal, por exemplo, os períodos de pesca e de defeso. Indagamos se algum momento as reivindicações e os argumentos dos pescadores quanto a essas questões eram ouvidas, e sem titubear:

(P6): “Não, eles querem dados, daí eles interpretam da forma deles. Assim, pô, tem mais necessidades que os estoques pesqueiros fique estável o pescador que vive disso, o resto da sociedade não vive disso. Mas a galera na verdade está no dia a dia, ali acompanhando, sabe as épocas de desova, sabe os locais de desova, sabe lugar de recrutamento, sabe os triângulos básicos da vida do bicho. Só que eles falam outro dialeto, daí galera vem da [...] se fala uma coisa, a galera usa aquilo contra você, sempre, sempre que dá informação eles usam de forma equivocada. Eles não te chamam junto pra interpretar os dados, eles só querem os dados, daí eles [...]”

Facilmente percebemos a transformação dos conflitos ao longo do tempo:

(P6): “É, foi expandindo outros [...], as marinas por exemplo, as atividades de barco de passeio, aumentou muito aqui. Acho que é o terceiro, quarto maior polo de lancha de turismo no Brasil. É bem forte, é a coisa não aparece, né? E essas marinas, quase todas elas invadiram, fecharam as bocas de rio, fecharam os portos, tudo que era usado pela pesca, encostado no meio do rio, eles tomaram.”

(P1): “Conseguimos licença tudo pra abrir esse pedacinho pra fazer contenção, a empresa (balneária) botou 4 seguranças dentro do mato pra me pegar. Dai veio polícia, veio tudo. Veio seu Zé do IAP tudo aqui. Ai falei, tá todo documentado seu Zé. E tem outra seu Zé, é rua. É um pedaço e tem q fazer a passagem pra mulher. Foi indo, foi indo ai consegui me liberar. É que a turma tava achando que eu tava aterrando pra fazer um terreno, tá entendendo?”

(P1): “Existe uma Lei Federal que você não poder ter uma casa na beira da praia. Certo. Eu como pescador, o que que eu tenho que ter? eu trabalho assim ó.. Se eu sou pescador tenho que tá onde tá meu bote. Aqui tudo bem, tá na beira do rio, aqui no rio não tem perigo. Mas se eu tenho uma embarcação lá na praia, onde eu tenho que morar? Eu tenho que morar perto da minha embarcação meu irmão, porque a maré é assim, ela é de surpresa. Então existe uma lei que não pode ter nada. Mas se você for ver a mansão que o cara tem, você fica de cara.”

IMAGEM 16 - UM OLHAR DE RESISTÊNCIA



FONTE: A autora (2018).

Resta claro a dificuldade que algumas leis impõem para sua prática profissional e a percepção deles como injusta a ocupação de certos espaços, claramente dominados pelo poder. De acordo com PAULA (2011) a perspectiva de território em função da dimensão vivida do espaço se dá na discussão de territorialidades, referindo-se principalmente a pequenos grupos ou ao indivíduo e sua interação diária com e no espaço. Levando em consideração a fluidez dos territórios, suas sazonalidades, seus recortes temporários, constituições diversas e a ampliação da noção de poder ligada à sua definição (PAULA, 2011, p.106) podemos investigar a constituição de territorialidades distintas, a fim de adensar a compreensão sobre o tema numa perspectiva ambiental que inclui matizes socioculturais no estudo dessas dinâmicas socioespaciais.

(P1): “A empresa balneário colocou uma placa lá, ‘propriedade particular, não entre’. Dentro do parque! Grilagem.”

(P3): “É tipo assim, a carta que eu tenho, essa carta, na época quando descobriram, me ofereceram 50 mil na carta pra deixar no museu. Mas é uma carta de aforamento que é histórico. Na época do Lupião (governador) era o seguinte. O Zé é pescador, certo? Não existia confrontante. Entendeu como que é? Não existia escritório imobiliário, registro de imóveis. Passava tudo pela prefeitura de Paranaguá. Então o governo Lupião te dava essa carta pra você ir lá e desmembrar um pedaço de terra pra você. A carta minha se diz barra do sul. E o João Carlos Ribeiro tem a dele e fizeram um aeroporto que tem no Maciel, ali (apontando). E com essa carta que ele tinha só aquele pedaço de terra, desgraçado, virou tudo isso aí que você tá vendo.”

(P2): “Ai ele como prefeito ele autorizou a empresa a sacar todas as áreas do município, que são todas áreas públicas, a metade das áreas que é a empresa, que é isso aqui, isso aqui é área pública!”

(P3): “Ele tirou a turma de dentro da Ponta do Poço, daquelas áreas de lá que são os nativos mesmo e botou numa área pública, na beira do rio, perto do porto de embarque. Eles construíram onde tinha a roça do povo, área pública. O cara é poderoso.”

(P2): “Já ouviu falar da Transturmar né? Diz que ele tem a concessão de uso por 90 anos, perai, quando eu digo pro povo que nós somos muito leigo mesmo!”

(P1): “Agora, a lei diz o que? – pescador tem que morar na beira do mar. O maior dinheiro que sai na área do governo é pra área de pesca, cara. E nós não pegamos sequer uma escama de nada aqui. Chegava em Caiobá na beira da praia da orla era só lanchonete e coisa granfina. Então existe uma guerra cara, que poxa, é complicado. Cara. Eu no mesmo tempo eu tenho vontade de seguir carreira, no mesmo tempo tenho vontade de fazer mais p**** nenhuma, porque enche o saco sabe, enche o saco cara.”

(P6): “Então, aí que tá. Os caras pegaram e vieram [...], que era dos pescadores e daí que era de um pescador aquela área e que ele só cedeu pra fazer essa cooperativa porque era pros pescadores, a área é dele. Daí a galera [...], o Estado faliu. Era Emater, na época, Acarpa-Emater que fizeram esses projetos aí, através do CAFE do Paraná, fizeram um superdimensionado, não capacitaram o povo pra trabalhar ali [...] fizeram tudo errado. Depois disso aí, daí a Universidade quis tomar ali, o velho barrou, reformando o acesso, porque o acesso pra dar acesso ali era deles. Daí a Mar Brasil tentou tomar, o velho barrou também. Daí depois a gente sabia que a Universidade queria também. Então, daí no começo do governo do Lula, veio um tal Zeca do PT aqui, do Ministério da Pesca, prometeu que ia fazer o tal do CIPA, que era o Centro de Desenvolvimento da Pesca, Centro Integrado. E até hoje tava aí esperando a hora que ele vir, muitos que é [...] alguns bobos aí, professor da UFPR, disse que como não tinha pescador em Pontal, eles juntos com os malucos da Mar Brasil pediram pro pessoal da Secretaria da Pesca devolver pro SPU, pro SPU dar pra universidade. Daí a gente foi lá, tivemos que dar uma dura no pessoal ali, os diretor, pra eles faze uma carta abrindo mão da área e benefícios e mesmo assim...”

(P6): “Agora tem um tal de João Ribeiro que é dono de quase todos os terrenos aqui, dono de uns 1000 e pouco terrenos que eles querem fazer porto. E daí agora eles querem jogar pra cima da [...]SPU, pra fazer um Centro de Monitoramento, pra botar polícia, botar bombeiro, marinha, tudo ali. E diz que ali vai servir a sociedade de uma forma mais abrangente que só um grupo de pescadores [...] Só que do outro lado do rio, tem umas 8 ou 10 construção, que é da SPU também, que tá cedido só pra esse João Ribeiro, aí tá beneficiando um cara só. Não tá beneficiando a comunidade de pescador, tá beneficiando um só.”

(P6): “Criaram a cooperativa dos pescadores, que o estado abandonou, faliu e abandonou, só usaram o nome do pescador, o pescador nunca apitou nada, e agora ainda queriam tomar da gente pra [...], pra pesca não se estabelecer, não.”

(P6): “Só que é de quem usa, tá tendo função social, mais do que quase todo terreno que esse velho aí diz que é dele, só quer destruir o mato, quer destruir tudo só com coisa dentro, ruim, é assim que funciona as coisas. Esses são só alguns dos conflitos.”

(P1): “Aí tem o pessoal dos táxis náuticos, o pessoal fica passando num pau, fazendo marola, batendo no barco dos pescadores. É muita embarcação pra pouco espaço.”

IMAGEM 17 - TERRITÓRIOS EM DISPUTA



FONTE: A autora (2018).

Precisamos também, relembrar a importância que as marcas territoriais – árvores, pedras, morros mantêm para a atividade pesqueira. Elas fazem parte de como esses povos determinam e referenciam seus espaços de vivência. São caminhos que levam aos pesqueiros conhecidos pelos pescadores, marcam rotas, perigos. Esses pesqueiros em geral, de fundo do mar, são marcas, sinais onde estão os cardumes, posses que, portanto, fazem parte desse território (DIEGUES, 2015).

(P1): “Pontal não era conhecido como Pontal do Sul, era como Barra do Sul. Quem criou Pontal do Sul como Barra do Sul são os catarina que migraram pra cá. Quem vem de lá pra cá, eles chegam aqui e diz estou na barra, barra do sul. Pra lá é barra do norte.”

(P3): “Ali, praquela lado fica a laje.”

(P6): “O cemitério lá é [...]. Uma vez eu andei com um velhinho, que ele, do começo do século, da mesma época, ele mostrou onde é que era as antigas salgas de peixe. Funcionou muitas coisas lá, muitos empreendimentos.”

(P6): “E lá teve essa coisa também, da Barra que abriu... Acho que foi um processo natural mesmo, quer dizer, pode ter sido ampliado um pouco pra abertura do canal do varadouro, que botou um fluxo maior de água talvez, pode ser isso...”

(P6): “É, diz que depois que eles abriram o canal do varadouro mesmo, começou usando a pira velha, que a ali a pira velha derrubou muitas casas, pode ser isso, mas é coisa da natureza. Lá onde a barra comeu, comeu, comeu, onde que acabou de comer, agora tá lá, um monte de carcaça de navio, ossada de baleia, tudo. Já foi mar lá, não tem jeito.”

(P6): “E tá aparecendo esse material ali, né? Ali na frente da barra. Lá onde tá a última curva da Galhada. Ele apareceu umas três embarcações de grande porte, que eu acredito que sejam caravelas, e muito intacto. Eles tiraram uma [...] apareceu várias ossadas de baleia ali. Eles tiraram tem vários pedaços de madeira guardado lá, tiraram. O dia que ele tirou uma canoa, que eles falaram ‘canoa de índio, tava enterrada no mato’, isso aí, ele tinha uns dois ou três quilômetros de mato na frente, uma árvore gigante assim, até o mar poluir e chegar nesse lugar, que é praticamente intacto. Daí eles falaram que cortaram no meio e levaram pra fazer floreira, que é a floreira lá da [...]. Só que daí eu fui ver, aquilo não era de índio, ele tinha os furos da voga e tinha a castanha de botar as velas.”

(P6): “E erosão e acréscimo de praia sempre vai ter. Só que se você mexer no lugar errado, você pode potencializar isso aí, e quem é mais afetado mesmo é a gente.”

(P6): “Que nem aqui a galheta, né? Tanto que pô, eles nunca mais vão parar de dragar isso aí, eles fizeram um canal atravessado na força das águas, a vida inteira vai assorear. Fizeram errado? Não sei né, errado pra quem? Quem tem empresa de dragagem acha ótimo. É, (risos). É trabalho pra vida inteira.”

(P6): “Na Ilha do Mel é bem visível a coisa ali da Praia de Fora, o que foi, o que transformou. Entrada de barra são os lugar mais dinâmicos que tem, se você não tem um costão de pedra pra segura, é muito dinâmico, muda as correntes, já cria banco de areia, tira banco de areia. É característico desse lugar aqui, aqui, Superagui, Ararapira [...], Cananéia é até um lugar que segura mais, tem uns costões de pedra que segura mais, normalmente é bem dinâmico assim, a mudança. É, tem aquele negócio, ele é devagar no dia a dia, mas sempre tem os eventos extremos que, o que demora 10 anos pra fazer, em dois dias faz.”

IMAGEM 18 - EMBARCAÇÕES



FONTE: A autora (2018).

Nesse contexto, é indispensável sensibilizar-se e compreender a dimensão que a noção de território pesqueiro traz à cultura caiçara, de forma que se faz fundamental resguardá-lo das ameaças representadas pela expansão urbana, pelas

atividades da pesca industrial, pela implantação de áreas protegidas integrais e de outras atividades que limitam a área de pesca tradicional.

Basta ver a dificuldade com que o governo brasileiro lida com as questões seculares da reforma agrária e do reconhecimento de territórios e direitos de povos indígenas e quilombolas para compreender que no terreno dos direitos de culturas populares as efetivas decisões ainda são lentas e precárias (BRANDÃO, 2009, p. 742).

Estendendo essa análise a toda a região, Diegues (2015) afirma que o litoral do Paraná, mantém viva sua tradição pesqueira sem ter a consciência do patrimônio cultural sob sua tutela prestes a desaparecer, assim como tantas outras cidades brasileiras na mesma situação. Comumente uma parcela considerável da população habitante, sazonal ou não do litoral, desconhece a antiguidade da atividade pesqueira e sua importância tanto cultural como social. Neste ínterim, ressaltamos o quão importante ainda é a pesca tradicional em termos do aporte dos peixes à alimentação local e da própria cultura e modo de vida que os pescadores-caiçaras desenvolvem em toda a região litorânea no Estado.

(...) esses territórios marítimo-terrestres dos Povos e comunidades tradicionais devem ser ocupados e seus direitos defendidos sobretudo pelas organizações dos próprios Povos e Comunidades e seus aliados, como instituições de ensino e pesquisa, Ongs socioambientalistas entre outros. (DIEGUES, 2015).

(E): não adianta você pegar uma região, como se uma região limitasse vocês, ainda mais vocês que são do mar, né?

(P6): É, tem um ditado 'o mar não tem cerca', a gente não tem assim, negócio de divisa é coisa de gente, ficar inventando [...] Vocês podem ver, uma coisa que eu acho mais legal na Barra lá, é aquele negócio de ausência de cerca. É uma característica do povo tradicional, tanto caiçara ou quilombola que, diz, né? Não tem esse negócio de cerca, não ficam colocando cerca no caminho para dizer que isso aqui é teu..."

(P6): Tem essa mobilidade, a pesca também faz com que as pessoas se mudem, morem [...] O recurso se desloca, né. Tem que ir atrás do recurso.

(P6): É, a gente tem dois tipos de pesca, ao meu ver, dois tipos de classificação assim, mais, tipo aqueles véinhos, aqueles malucos ali da rua da praia lá, que são os caras brabos lá. A galera que acha que eu tenho uma área de pesca, certo? E essa área é minha e ninguém entra, que é uma visão que no geral não é muito bem vista, galera até tolera, aquela coisa antiga, da época dos patronos de pesca e tudo, mas pô, ninguém é dono de nada. E daí, o que acontece, esse cara mora, ele vive nessa região, e ele vai explorar uma região, de 30 a 45 dias passa uma safra, que é o camarão, aí camarão branco, daí tainha, robalo [...] ele tem que ter uma aparelhagem pra cada tipo de safra. Que daí tem outra, o cara é especializado em um recurso, por exemplo o camarão, aí oi cara pesca, o camarão vai deslocando, e ele vai seguindo o camarão, ele não pode esperar chegar outra safra ali, ou cação. Tem um exemplo clássico aí, é a pesca de dourado, os barcos da pesca do dourado, ele é um peixe cosmopolita, eles começam a trabalhar em agosto [...] Ele viaja os oceanos, eles circulam o planeta.

(P6): Mas assim, a galera começa a pescar em agosto, lá em Belém do Pará, Maranhão, aquela região lá. Daí o recurso vem se deslocando pro sul, em março, eles estão pescando aqui na frente de Santa Catarina, tem uma diferença de duas massas d'água grandona, que pega entre Santa Catarina e Rio Grande pra fora, aí assim que o recurso começa a deslocar, eles voltam, vão seguindo os grandes cardumes, é bem doido. E a galera lá, eles têm essa cultura mais de pescar na região, eles não saem muito da regiãozinha ali, daí eles variam ali, pesca tainha, pesca cavala, pesca um pouco de linguado, pescadinha [...]

(E): Tem época pra cada coisa, e uma aparelhagem pra cada coisa, aí diversificam mais. [...]. E tem uma técnica também, tem os aparelhos, tem as canoas, e muda também a técnica de se pescar pra cada tipo de pesca, né? Cada peixe. E tem regiões assim, por exemplo, também tem esses especialistas, vamos dizer, pessoas que são...

(P6): “É assim ó, essa pesca de menor intensidade que nem a nossa, você acaba tendo que aprender quase todos os apetrechos. Acaba sabendo dar lança, tarrafa, espinhel, mas cada um acaba [...], e que nem o negócio do maestro, o cara tem que saber todos os instrumentos e ser bom num só, um você tem que dominar. E tem que pelo menos saber tocar os outros pra participar.”

(P6): “Faz parte da própria profissão, o pescador tem que conhecer um pouco de tudo. Ou que nem, o cara vai pescar onde que tem bagre, vai ficar a vida inteira naquele movimento mais mecânico, que é larga a rede, solta a rede e fica só naquilo. E é esse pessoal que de desloca atrás de recurso. A sardinha, essa galera tende a essa, é onde tende a ficar uma pesca mais, especializada, mais semi-industrial.”

Todos esses sujeitos se consideram pescador artesanal.

(E): Semi-industrial não?

(P6): “Não, todo mundo quer ser semi-industrial, eu tenho um monte de amigo meu, quando eu morava no abrigo, eu ficava fazendo serviço, o pessoal enrosca a rede em hélice, fura o barco, essas coisas, aí você vai dar resgate, pra safar. Porque às vezes tem uns hélices que eram maiores que eu, cabo de aço [...] E daí você vai perguntar pros mestres, os caras ganham bem, mas o sonho deles é juntar um dinheiro pra comprar um botinho pra trabalhar.”

(E): Como vocês. Te dá autonomia, né?

(P6): “É, é conhecido de pesca de sol a sol, pesca de 12 horas, ou saí de tarde e volta de manhã, ou sai de manhã e volta de tarde. A outra pesca geralmente é pesca de vários dias embarcado, longe da família. É mais custoso, geralmente quando o cara é casado, tem família assim. É, uma vida diferente. A Cananéia trabalha assim misto, acho que meio a meio é essa pesca de sol a sol e meio a meio vai pra fora, ficam aí 15 dias. Aqui vai e volta, no máximo 2 dias, 3 dias. E essa pescaria maior já é uma coisa de, como diz, os caras vão destruir bem mais, o recurso vai ficar concentrado na mão do armador, não é muito legal não.”

(E): Que já são por exemplo, eles chamam de traineiras, né.

(P6): É, as traineiras, barcos de palheira [ininteligível 01:10:45]. Mas é lógico, ganha mais, mas custa mais.

(E): E é esse tipo de pesca que está entre essa semi-industrial que você falou?

(P6): “É, a industrial mesmo, a de verdade, é aquela que o peixe saí de dentro do barco todo encaixotado, tudo processado, essa é pesca industrial. No Brasil é meio devagar ainda, mas tem esses barcos, o cara tem uma indústria de pesca, ele manda vários barcos pescar pra indústria dele beneficiar, agregar valor e botar no mercado. A nossa pesca já é pesca pra, pra botar assim no varejo.”

E tem também a pesca para o consumo próprio:

(P6): “É, pesca de subsistência. Tem, tem várias. E esses são, os que eram pra ser mais protegidos e são os caras que mais se ferram, esses da Força Verde adoram tomar a rede deles, porque as pessoas pobres aí, às vezes é os aposentados, existem dois-três filhos com problema, que dependem de uma forma de proteína, botar uma rede na beira da praia, não tem uma canoa. Aqui tem vários casos aqui, uma meia dúzia de família, são pobres, botam uma redinha ali, pra matar o [...] almoço. É, e pra pegar [...] como é pobre, vai botar uma rede mais barata de malha fina, pegar peixe de rio, vai pegar esses peixinhos, ninguém come a mistura, a Força Verde vai e toma. Própria galera da universidade denuncia os caras.”

4.4 PESCA INDUSTRIAL X PESCA ARTESANAL

A pesca empresarial capitalista – apresenta características como à propriedade e/ou posse dos instrumentos de produção nas mãos de uma empresa organizada verticalmente, onde o pescador não tem poder de decisão e as funções são remuneradas através de salários. Possui vários setores segmentados especializados como por exemplo, captura, comercialização, manufaturamento, industrialização, além da introdução de equipamentos modernos e grande infraestrutura voltada à produção em grande escala da mercadoria. Também apresenta as novas tecnologias disponíveis como sonares, radares e ecossondas, que tendem a transformar significativamente a função do “mestre de pesca”.

Não constam na região registros de barcos de pesca industrial, apenas a influência direta nos estoques pesqueiros por conta da atuação de grandes embarcações de outros estados do país, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Santos e Rio de Janeiro (Andreoli, 2007, p. 23).

(P6): “Se você ver, se você for aqui, juntar todas as portarias, todos os empecilhos, é humanamente impossível pescar. Todas as canoas nossas de pesca aqui da praia, elas são proibidas de sair uma milha e meia pra fora, pela marinha, o Ibama, ICMBio, o IAP, eles proíbem a pesca pra dentro de 1 milha e meia. Fora as portarias que daí é aquelas maluquices, ‘ah, essa espécie não pode pescar’, mas eles permitem apetrechos que matam aquela espécie. Aí, os caras não reconhecem a gente, a gente não reconhece eles também, não vejo capacidade deles fazer uma coisa decente.”

(P6): É, tem uma maluquice que eles fizeram agora, proibiram o cação e as arraias, daí cê presta atenção nesse cálculo aqui: um barco ia pra fora e ia pegar 50 toneladas de cação e 50 toneladas de outros peixes, agora ele é proibido, ele tem que jogar essas 50 toneladas de cação fora, morto, morreu. Ele vai ter que matar mais 50 quilos de outra espécie, conseqüentemente mais 50 quilos de cação ele vai jogar fora. Eles estão fazendo os caras mata o dobro, proibindo essa espécie. É muito equivocada.

Nestes casos, a resistência maior por parte dos pescadores artesanais não acontece em decorrência do uso das novas tecnologias e suas implicações e sim a influência direta dessas embarcações aos estoques pesqueiros da região. Por diversas vezes se ouvem reclamações de desperdício, do rastro de destruição deixado por elas – quando capturam mais do que conseguem armazenar e transportar, eles devolvem ao mar milhares de indivíduos, de diversas espécies,

mortos, e deixam seus habitats devastados. Mas a legislação proibitiva e a fiscalização punitiva não parecem atuar efetivamente nesse ínterim.

4.5 CONFLITOS

Os pescadores artesanais, assim como outras comunidades tradicionais, seguem uma lógica cultural própria, numa ligação intrínseca com seus territórios e meios de vida. Permeada de aspectos simbólicos, a pesca artesanal evidencia no meio físico e nos recortes geográficos as formas sociais através das representações dos sujeitos que determinam as dinâmicas socioespaciais e a organização da produção, aprendida na própria família e passada de geração em geração, através da tradição (Maldonado, 2000).

A perda dos seus territórios implica numa quebra das relações materiais e imateriais com o meio, já que o território é compreendido como elemento fundamental para afirmação de identidade que garante a tradicionalidade e a existência simbólica das comunidades.

O não reconhecimento dos territórios de povos tradicionais amplifica a imbricada rede de conflitos ambientais que permeiam todo o litoral do Paraná, trazendo à tona elementos de uma política do abandono propositalmente instalada nestes confins. (TIEPOLO, 2015, p. 97).

Neste sentido, em cada diálogo se faz evidente as lutas, em maior ou menor porte, travadas pela comunidade pesqueira através do registro das marcas da resistência de membros que foram desterritorializados em decorrência de sucessivos conflitos. Essas marcas estão nas suas mãos calejadas, na sua pele envelhecida muitas vezes precocemente, ou nos seus olhos, que demonstram ora cansaço, ora esperança. Esses processos de expropriação de áreas, como tantos outros, envolvem denúncias de grilagem de terras, ameaças e violência, culminando com a perda de territórios e conseqüentemente dos modos de vida tradicional pelos pescadores.

IMAGEM 19 - PERCURSO



FONTE: A autora (2018).

No caso da implantação do complexo, esse grupo que pratica a atividade pesqueira tradicional será atingido diretamente, mas os efeitos propagados afetarão de forma significativa um conjunto muito mais abrangente de pessoas (habitantes e turistas sazonais) e diferentes locais do nosso litoral. Esses projetos apontam as futuras direções de atuação do capital associado à atividade portuária nos próximos

dois anos na América Latina e a consequente restrição das possibilidades de uso local e regional para atividades associadas à produção pesqueira tradicional.

(...)foram retomados grandes projetos de infraestrutura como hidrelétricas, hidrovias, rodovias, portos, entre outros, ao longo dos antigos eixos de desenvolvimento, desta vez com a perspectiva da “inclusão internacional” da nação ao mercado global. Observa-se que os ganhos ambientais, como o código florestal, o licenciamento ambiental, os planos de mitigação e de compensação ambiental, as propostas para realização de Zoneamentos Ecológicos e Econômicos (ZEEs) e os direitos de grupos indígenas, quilombolas e povos tradicionais ancorados na Constituição de 1988 têm sido considerados como “entraves” ao desenvolvimento. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 76).

Em certa medida, a instalação de empreendimentos, da forma como vem sendo conduzida a proposta da implantação do porto, não traz antecipadamente a previsão de uma bagagem de destruição claramente desenhada, e sem essa nitidez, muitos sujeitos não se veem atingidos ou impactados. Ao contrário, a racionalidade econômica como fator de incentivo capitalista associada a estes empreendimentos, fomenta a competição entre municípios e estados a fim de sediá-los, encarando-os como oportunidade de implementar (sob seu ponto de vista) uma importante fonte de recursos para a região através da geração de tributos e renda para a população. E essa ideia é comercialmente repassada sem muitas alternativas a contestações e ajustes. Esta percepção pouco clara ou diferenciada dos impactos retarda os movimentos de mobilização e de resistência. A desinformação programada intencionalmente, com a manipulação de dados, notícias desencontradas e fórmulas prontas vendidas como ideal de solução são estratégias que tem a finalidade de enfraquecer qualquer tipo de argumento de oposição.

Porém, os custos socioambientais do projeto em execução não são passíveis de compensação pelos ganhos econômicos de uma minoria, e nem mesmo pela falaciosa ampliação das possibilidades de trabalho e renda para as populações locais.

Segundo Costa (2010, 2011), as perdas tendem a incidir de forma mais aguda sobre os grupos sociais mais vulneráveis por razões estruturais associadas às suas inserções diferenciadas no modo de produção capitalista. Ela aponta essa participação parcial como geradora das desigualdades naturalizadas de renda, educação e oportunidades em geral, também de representação política. Ribeiro mostra que as instituições de poder fazem uso das identidades para oprimir ou privilegiar, a depender de seus contextos e como o colonialismo, além de criar,

deslegitima ou legitima certas identidades. Para ela, as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades como resultantes de uma estrutura de opressão que, em vez de reduzir, privilegia certos grupos em detrimentos de outros (RIBEIRO, 2017, p. 213).

Neste íterim perguntamos – a quem, realmente, este projeto vai beneficiar?

A informação precisa sobre que custos e que benefícios incidiriam sobre que grupos sociais e exatamente sobre quais parcelas do território, constitui elemento central do debate em torno de um grande projeto, mas raramente são tratadas com clareza e em linguagem acessível. Lembrando que, nem sempre tal debate público ocorre, embora previsto nos processos de licenciamento ambiental, é necessário que haja uma demanda e/ou uma mobilização social expressiva para que ele ocorra para além de “pró-forma” (COSTA, 2010,2011).

há também significativas diferenciações a serem feitas quanto à natureza dos projetos e das transformações por ele desencadeadas, dos custos socioambientais envolvidos e de quem se beneficia por eles. Quanto maior a complexidade das intervenções, maior a ambiguidade. No caso dos grandes projetos de infra-estrutura urbana, a experiência histórica mostra que em geral esta tem sido a situação. (COSTA, 2011, p. 79).

As remoções de moradias, por exemplo, em virtude da implantação do porto, gerarão perda de acesso a bens naturais e meio de vida de forma que indenizações ou quaisquer outras medidas de cunho material não permitirão recompor as perdas de caráter simbólico e afetivo (valor de uso e às relações sociais existentes nos lugares de vida) associadas ao espaço vivido (LEFEBVRE, 1993). E caso se concretize todo esse projeto, o que eles preveem para a pesca:

(P6): “Olha, eu acho que a pesca existe há bem mais tempo que essa sociedade maluca de consumo aí. Acho que vai se adaptar, o ser humano vai acabar bem antes que o peixe (risos), o peixe está bem mais resiliente que nós. A gente tem que ir se afastando, sendo pescador, procurar onde é o lugar mais viscoso, vamo tudo lá pra Ararapira [...] praqueles cantos.”

Neste caso, é impossível “recuperar toda uma experiência coletiva de vida a partir da apropriação social do novo lugar para que novas condições de sociabilidade se instalem” (COSTA, 2010, p. 67).

IMAGEM 20 – FOLHAS DE TUCUM



FONTE: A autora (2018).

O Artigo 7º da Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho preconiza que os povos interessados terão o direito de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento na medida em que afete sua vida, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins, e de controlar, na maior medida possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, eles deverão participar da formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los diretamente (OIT 169, 2011 p. 19), e que os governos deverão tomar medidas, em regime de cooperação com os povos interessados, para proteger e preservar o meio ambiente nos territórios habitados por eles (OIT 169, 2011, p. 20).

IMAGEM 21 - TUCUM



FONTE: A autora (2018).

Ao indagarmos sobre a participação das entidades representativas dos pescadores, neste caso, mais especificamente, a Colônia e a Associação, nas discussões sobre o porto, a estrada, e o PDS, entendemos porque as mesmas se retiraram – a participação que se espera deles é que apenas legitimem o processo já definido, assinando atas:

(P6): “Ah, a gente tentou participar do PDS, mas é outra comédia, né? Qual o papel desse cara, é que a gente corrobore a decisão já tomada. ‘Comunidade participou, foi uma coisa democrática.’”

(P6): “A Associação e a colônia também, pulamos fora. A gente quer fazer direito, os caras querem fazer torto. Façam eles então, se fizer direito a gente participa. E estrada aqui, o porto, é outro caô. Desinformação, aí fica aí, pergunta pra um, pergunta pra outro, daí eu tenho um monte de amigo meu que faz consultoria, daí vendo o que a gente entendeu do projeto e tudo, o que eles vão fazer aqui? Vocês têm ideia mais ou menos? É, esse porto do João Ribeiro é um caô, é mentira, isso aí é só pra abrir porteira, justificar estrada, o que eles querem fazer é um polo petroquímico gigante, que é aqui do Pontal até atrás da praia do Carmery, até quase atrás do Grajaú. É, tanto que é cogitado até três termoeletricas só pra abastecer eletricidade disso aí.”

(P6): “Uma tal de Karoon, uma petrolífera australiana, eles compraram vários blocos desses que estão na bacia de Santos, que foi mostrado no mapa, é exatamente aqui na frente desse prédio aí, tanto que cabe até negócio de compensação ambiental [...] Já tão trabalhando. E o que que acontece? Esse petróleo, pra onde que eles vão escoar ele? Por Santos é caro, certo? Porque a densidade demográfica ali já é alta, não tem pra onde se expandir o polo petroquímico ali. Araucária, também já tá forte, muita gente. Aqui não, aqui é perto [...] já sai, já é pra saída. É, pra extrair ou passar por aqui e já beneficiar, a ideia é que os caras querem fazer tipo um Araucária bem mais moderna, ou bem maior. Só que essa parte eles não contam pra ninguém, é do lado do porto do João Ribeiro, tem um terminal ali que é da MelPort da Cattalini, que explodiu lá, já tá com licenciamento ambiental já tudo pronto, passou tudo já pra instalar, que é do lado do porto, e isso eles ficam quietinho, pra depósito de óleo e gás.”

Quer dizer, uma atividade extremamente de risco que vai começar a acontecer, e a situação é muito mais grave que a gente imagina.

(P6): “É, se fosse só o porto, se tivesse garantia que ia ser só o porto, a gente ia encher o saco, mas não ia causar um dano, ou um risco de dano tão alto, né? Daí a estrada é só pra justificar isso aí. Porque cara, veja só, é um terminal de contêiner, certo? A estrada vai sair aqui do Pontal e vai passar lá em Paranaguá, o que é mais barato? Você mandar o contêiner de Pontal ao Paranaguá de navio e mais 15 minutos de seguimento, é só o cara diminuir a marcha que ele encosta lá, ou descarregar aqui e ter que fazer todo esse transporte até lá, o que é mais barato? Não tem lógica, a estrada não se justifica por isso. É, fica contraproducente fazer isso, é bem mais fácil criar lá, tá perto. Esse terminal petroquímico sinistro que eles querem fazer.”

(P6): “Já tá meio garantido. Esse eu sei da MelPort tá passado já, tá certo, o do porto ali do João Ribeiro ali que é um porto seco também, daí o da sub-c7 também, que é pra fazer uns tubos pro pré-sal também, parece que tá tudo certo também, até a baía do Maciel, e daí tem um monte de outros que estão pra se instalar daqui pra trás.”

Quando perguntados se as ONGs ambientalistas que atuam na região têm conhecimento dessa dimensão dos projetos:

(P6): “É, eu acho que se leram, se inteiraram do plano diretor do município e do plano da estrada de infraestrutura, devem ter noção, não sei o quanto eles leram disso. Mas que nem a Mar Brasil, a Mar Brasil eu tenho certeza que eles só estão enchendo o saco porque não participaram da consultoria, tá ligado, da estrada, senão eles estavam pianinho. Vários professores desses ambientalistas participaram da consultoria do porto, da sub-c7.”

No dia a dia eles afirmam que já sentem os impactos dessas atividades:

(P6): “Fizeram maior sacanagem aqui no Tiquinho, tá ligado? Eles fizeram uma ampliação gigante num cais, essa ampliação no cais, mudou o fluxo da areia, paralela à costa, entrou pra dentro do mangue ali, em três meses matou o mangue, o que era mangue virou só duna dentro do mangue, quem fez a consultoria? A Mar Brasil, a Mar Brasil é do lado, fica do lado do mangue que aconteceu isso. E eles fizeram uma consultoria, pra dragagem, pra encostar navio, não pra ampliação do cais. Disseram que não ia causar dano ambiental nenhum.”

(P6): “Tanto que até o IAP, está respondendo na justiça, tem um processo por causa dessa falcatrua que eles fizeram aí. Então tipo assim, molhou a mão deles [...] É. Ali é tudo falcatrua. Mas pode ver, Petrobrás pra lá, pra cá.

(P6): “Ah, sim, né. Tem até caso de pescador ia pescar ali perto do Tiquinho, até ameaçaram, jogaram ferro lá de cima, apontar arma [...], jogam lixo pra caramba, poluição luminosa, poluição sonora, poluição química. Isso passa tudo batido, pagou a ONG ambiental local, pode fazer tudo.”

Quando perguntados especificamente sobre como a pesca artesanal seria afetada pelo Porto de Pontal, as reações foram de desânimo:

(P1): “Ai chega os caras, arrastam isso aqui tudo na corrente (apontando pra floresta). Botam asfalto em tudo pra fazer depósito de contêiner. Empregam o que era pescador, ai o pescador vai trabalhar 10, 12 horas... (indignação). Sou contra o porto, sou contra qualquer tipo de progresso. Sou. Quando vem um progresso pra você ajudar a comunidade em diversos setores... Mas não é, o cara quer fazer porto pra ele.”

(P2): “O ecossistema fica falho, deixa de ser um lugar para o peixe vir, torna-se um lugar sujo, muita poluição, fluxo de navio, nós que ganhamos a vida com isso, vamos ter que arrumar outro espaço, a pesca artesanal de lazer, não sei, talvez para aqueles que não precisam disso.”

(P3): “Os peixes vão embora, porque os navios não param, isso faz com que eles se afastem, aqui onde a gente pesca mesmo (Praia de Pontal do Sul e Ponta do Poço) não vai ter nada.”

(P4): “O intenso fluxo de navios faz com que os peixes se afastem da baía.”

(P1): “Acharam que Pontal era uma potência... agora tão tudo desempregado... acho que vão invadir isso ai, tudo esses terrenos.”

(P2): “A pesca vai sofrer, estamos do lado, os impactos serão intensos, não só aqui em tudo, Ilha do Mel, sem contar a bandidagem que vai vir junto com o porto, é complicado estimar o estrago, desmatamento, perda de animais.”

IMAGEM 22 - HORIZONTE



FONTE: A autora (2018).

Também, quando falamos em alguma previsão dos impactos futuros do porto para a cidade e para a sua atividade, a preocupação com os estoques pesqueiros e o ecossistema em geral é unanimidade entre os entrevistados:

(P2): “Os peixes vão diminuir, cardumes, o mangue que é o berçário vai acabar, passarinhos, caças que vão sumir com o desmatamento, a área do Porto é bem grande vai afetar tudo (fauna e flora).”

(P3): “Ah, (suspiro) a gente sabe que ele vai trazer emprego, a Techint trouxe emprego, mas não tirou o espaço da gente, a gente sabe que a pesca tá diminuindo, mas ainda existe, com o porto eu não sei...”

(P4): “Meu ganha pão é a pesca, não só meu, mas de muitos que moram aqui em Pontal, tem uns que pescam e vendem, outros levam os ricos para pescar, mas isso porque tem peixe, vai mexer muito na economia porque o pescador vai ter que desistir de pescar, ou se mudar, não sei.”

IMAGEM 23 - FUTURO



FONTE: A autora (2018).

O desânimo e a insegurança são perceptíveis na fala principalmente quanto a viabilidade de se manter na profissão. Ao todo são cadastrados no litoral paranaense 5.307 pescadores artesanais, distribuídos em 25 associações, seis colônias e uma cooperativa (HOROCHOVSKI, 2007). Mas se compararmos com o crescimento populacional, por exemplo, percebermos uma grande distorção e involução da profissão em toda a região – Matinhos, há 20 anos atrás tinha 5 mil habitantes, dentre eles 3 mil eram pescadores. Hoje, temos mais de 30 mil habitantes e apenas 800 pescadores. Assim também acontece com Pontal do Paraná, o que demonstra uma crescente perda (retração) para a cultura pesqueira, por diversos motivos.

IMAGEM 24 – PRODUÇÃO SIMBÓLICA



FONTE: A autora (2018).

(P2): “O governo não ajuda, os peixes tem diminuído, antigamente a gente pescava muita tainha, saia vendendo por todo o litoral, hoje em dia tá bem fraco, os cardumes que chegam são poucos. O ecossistema fica falho, deixa de ser um lugar para o peixe vir, torna-se um lugar sujo, muita poluição, fluxo de navio, nós que ganhamos a vida com isso, vamos ter que arrumar outro espaço, a pesca artesanal de lazer, não sei, talvez para aqueles que não precisam disso.”

(P3): “Meu pai pescava aqui, eu aprendi a pescar aqui, vai ser uma pena ver esse lugar padecer, meus filhos moram aqui, eu não queria esse futuro para eles.”

Esses depoimentos demonstram claramente que a redução dos recursos pesqueiros na região afeta diretamente o modo de vida e a sobrevivência do pescador. Também percebemos a sua resistência em se encaixar em outro tipo de atividade profissional. Para ele, é da sua natureza ser pescador. A pesca como profissão, para muitos, é quase que um dom divino, uma missão.

Quando questionados sobre os danos materiais ou simbólicos na sua vida pelo fato de ter um porto tão perto, a preocupação com a lucratividade na profissão devido a redução dos estoques pesqueiros ressurgiu. Também a queixa dos mais velhos quanto ao interesse dos jovens em aprender o ofício, cada vez menor em toda a comunidade.

(P2): “Sim, material por meio do lucro que a gente faz com as vendas dos peixes é um dinheiro extra, há 20 anos atrás a gente tirava 100 quilos de camarão em uma pescada, atualmente pega 20 quilos, se o porto vier, vai ser menos ainda. Simbólico também, a pesca está se perdendo aqui, os jovens não se interessam, com o porto é pior, não é igual o navio da Techint, ele ficava parado, atraía peixes por conta dos microorganismos que o navio criava, para nós pescadores o porto pode ser a extinção, Santa Catarina investe muito na pesca, mas aqui em Pontal os políticos nem querem saber.”

Os mais novos, quando podem, optam por uma vida profissional distinta, com estudo e emprego no comércio local ou em empresas. A pesca fica em terceiro plano, como ajuda aos familiares em caso de necessidade, ou eventualmente, em caso de dificuldade financeira, e raramente, como lazer. A instabilidade da natureza do ofício, seus riscos e toda a dificuldade a ela inerente fazem a pesca deixar de ser um atrativo aos olhos das novas gerações. Porém, a identificação e o sentimento de pertencimento ao ofício dos pais se mantêm, segundo eles, em boa parte dos jovens.

Também a maioria dos pais veem com bons olhos e até mesmo com certo alívio a opção dos mais jovens, apesar da “perda” de parte do conhecimento e das vivências nas novas gerações, e tem orgulho de ter podido criar os filhos com mais alternativas e recursos que eles próprios foram criados.

Quando o assunto é a oferta de cursos pela Universidade na região para os jovens da pesca, a manifestação é de que consideram interessante e que vale a pena estimular esse tipo de formação e o contato com a academia. Porém, não deixam de tecer críticas com relação a atuação dessa em parceria com a comunidade, e a falta de iniciativas de desenvolvimento em projetos locais que os interessem.

(P6): “Ah, conhecimento é a única coisa que se pode dar sem ficar sem, né, ninguém te tira. Eu acho que sempre é válido, quanto mais conhecimento, é bom. Só que assim, esse curso, ele foi meio voltado pra formar peão pra trabalhar pra grandes empreendedores, tá ligado? Não é muito voltado pra capacitação pra comunidade assim, pra quem tá com a mão na massa. Tem sempre aquela visão assim, nativo é peão, não estudou é peão, não valorizam muito o conhecimento empírico das pessoas. Dizem que valorizam, é bonito falar, mas na prática [...]”

(P6): “É que a universidade quer pesquisa, extensão pra eles é obrigação pra eles, né? Aí é legal, pesquisa geralmente os caras vão pesquisar Havaí, Fernando de Noronha, Abrolhos [...] Fazer extensão em comunidade que tem necessidade, é [...] Eu fui ali, eu cobrei o pessoal pra fazer um projeto de extensão com nós, pra manutenção de isca viva. Mas porque eu fui lá e cobrei e eles poderiam fazer isso também. É, porque extensão, ninguém vai vir oferecer projeto de extensão assim, a não ser que os caras estão com alguma coisa na cabeça, mas é um direito das comunidade pedir projetos de extensão das universidades públicas. E esse está indo, meio embaçado.”

(P6) “...mas joga na mão da associação de moradores. Dar mais autonomia local pra quem realmente está por dentro das coisas.”

Apesar das críticas, eles sinalizam possíveis iniciativas de desenvolvimento em projetos locais que contribuiriam com a autonomia e autossuficiência das comunidades do litoral:

(P6): Olha, eu acho que eles botar ali a tal da energia elétrica pra rede assim, é meio contrassenso. É, acho que eles têm que correr mais atrás porque é contramão, né. Todo mundo correndo atrás de energia alternativa. Se eles tiverem um pouco mais de apoio, eles conseguem botar energia limpa ali, sustentável legal. Eu acho que um conjunto, um misto, tá ligado? Eles podiam ter um pouco de eólica, podiam ter um pouco de solar, podiam até, através de saneamento, de fossa séptica eles conseguiam metano pra tocar gerador. Você sabe o que aconteceu lá, né? Você sabe que metade das placas funcionaram, ou um terço funcionou, é um terrível lá, porque o inversor que é o problema, dois terços do inversor os caras embolsaram o dinheiro e compraram uma qualidade bem inferior. Os que enviaram inversor americano funcionam até hoje. A ganância de um infeliz, prejudicou a comunidade toda. E eu acredito nesse negócio de você [...] da autossuficiência. É ruim ficar lá dando palpite na vida dos caras, mas se tivesse uma parte de tecnologia pra eles ali, a vida deles ia melhorar muito. Sem precisar usar energia [...] É, pra você ver, eu estava vendo um documentário, em Itaipu, os carros deles está usando biogás que é gerado pelos restos de alimentos dos funcionários de Itaipu, usam o gás pra [...]. Aqui a gente tá tentando fazer uns projetinhos com negócio de, é um biodigestor, você bota todos os restos do peixe, daí as bactérias anaeróbicas digerem a proteína, gera o metano e devolve nutriente tudo separado pra natureza, pra fazer uma horta comunitária. Eles poderiam fazer umas coisas desses tipo assim, eles tem o solo, se é numa grande quantidade, você consegue até gerar metano pra tocar um geradorzinho. É, a minha visão não é muito a visão da maior parte dos pescadores. Eu tenho a visão bem anarquizada das coisas.

(E): Eu acho que você tem uma visão mais politizada das coisas porque você consegue enxergar esses elementos que, talvez, é porque eles não veem, às vezes não percebam.

(P6): Eles não acreditam mais, né?

5 RESULTADOS

5.1 AUTONOMIA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA

A educação e os movimentos populares se complementam e se retroalimentam frente as adversidades impostas pela força política do capital e em favor da autonomia e da liberdade, já que ambos são movimentos constantes de luta e de resistência. Eles criticizam e instrumentalizam seus atores, fomentando este movimento desde as pequenas frentes.

Freire (2011) alerta que no contexto neoliberal atual precisamos superar a ideologia fatalista e imobilizante que insiste que nada podemos perante as adversidades do mundo e contra a realidade social posta. Ele concebe a educação como uma especificidade humana, além de um ato de resistência e de intervenção autônoma no mundo. Partindo da premissa que da educação podemos propor, e também supor, mudanças importantes na sociedade em oposição à atitude reacionária que mantém, segundo ele, imobilizadas a história e a ordem injusta, percebemos nas visitas de campo junto à comunidade movimentos que buscam essa possibilidade de troca de cenário regional e de paradigma a favor da autonomia e da justiça social.

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Um dos piores males que o poder público vem fazendo a nós, no Brasil, historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada, é o de fazer muitos de nós correr o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansados, cair no indiferentismo fatalistamente cínico que leva ao cruzamento dos braços. “Não há o que fazer” é o discurso acomodado que não podemos aceitar. (FREIRE, 2011, p. 758).

Cada família que se mantém na pesca artesanal, cultivando, conservando, vivendo e recriando as tradições, apesar do preço, muitas vezes alto a se pagar – alguns às custas de sua saúde física ou integridade mental, sob ameaças veladas ou violências simbólicas – é uma fonte de resistência da cultura caiçara, que ajuda a formar este cenário de renovação, de mudança e de materialização.

Segundo Freire (2011), a experiência histórica, política, cultural e social humana acontece diante dos conflitos entre forças que se opõem a assunção de si

como indivíduo e grupo, e das forças que trabalham em favor dela. O autor destaca a capacidade que temos de aprender para transformar e intervir na realidade, por muitas vezes recriando-a. Diariamente, as pequenas ocorrências dentro da comunidade vão escrevendo o roteiro de vida dessas pessoas, e assim, as transformações, lentamente, acontecem de forma mais silenciosa e dinâmica do que podemos perceber. O grupo social vivencia e prioriza o combate ou a resistência aos conflitos.

As formas de luta que se baseiam em formas de existência muitas vezes não são definidas por uma ação de porte, visível, organizada e coletiva e nós, historicamente, temos menosprezado a capacidade e a diversidade de mobilização do grupo social, principalmente do nosso lugar acadêmico. Não conseguimos perceber com nossos filtros de leitura as ações de existência sem liderança e estrutura com formato de movimento. As ferramentas que nós utilizamos na pesquisa para conhecer os diferentes atos, formas de ação e estratégias dos grupos são muito macro.

Em dado momento, grande parte desses indivíduos enfrentou conflitos semelhantes, sejam eles por modos de vida ou territórios de pesca. Estes geram, em maior ou menor grau, forças de resistência que mobilizam, individual ou coletivamente, os indivíduos do grupo, e acessam e por diversas vezes até adaptam e/ou modificam, as camadas menos superficiais da cultura local. As memórias são reativadas, e faz parte da nossa capacidade de aprender e de ensinar a nossa habilidade de apreender a substantividade do objeto aprendido, segundo Freire.

A forma organizativa do grupo social é diversa, e vai além da atuação das colônias e associações, já que as instituições formalmente organizadas deixaram de ter a confiança dos indivíduos. Esta também é uma adaptação – existem grupos de resistência que se formam internamente quando se trata de determinado assunto – um grupo que se organiza motivado por um determinado conflito que os afeta em dado momento. Esta mobilização pode dar conta apenas daquela situação, ou ganhar volume e se transformar numa ação de dimensão bem maiores. Cada afetação que este grupo sofre desencadeia uma reação que está colaborando, pouco a pouco, com uma revolução maior contra o capitalismo.

(...) e, sendo assim, nada mais ético do que pensar em saídas emancipatórias para isso, lutar para que elas possam ter direito a voz e melhores condições. Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica.” (RIBEIRO, 2017, p. 321).

Mas a quebra de estruturas sistêmicas e paradigmas já instaurados é um processo moroso de resistência e lutas, que exige a liberdade, a autonomia e o protagonismo de sujeitos coletivos que, na maioria das vezes, se encontram em desvantagem frente as exigências do capital. Acreditamos ser a perspectiva emancipatória adequada para tal, já que através dela podemos qualificar as análises e o pensar críticos nos espaços que estamos inseridos, pelo viés da educação ambiental. Dessa forma, temos como confirmada a hipótese que podemos contribuir neste enfrentamento, em alguma medida, fomentando a valorização da escala local.

Isso não significa negar os condicionamentos genéticos, culturais, sociais a que estamos submetidos. Significa reconhecer que somos seres condicionados, mas não determinados. Reconhecer que a história é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-se-me reiterar, é problemático e não inexorável. (FREIRE, 2011, p. 229).

Partindo dessas premissas, tentamos perceber a leitura do mundo que os “outros” fazem. E aqui estamos falando de um grupo popular com características próprias e uma relação direta com o contexto imediato em que estão inseridos. A ligação com o meio que vivem (região, local, comunidade) e a dinâmica que constroem a partir do cenário um tanto maior de que o seu é parte (FREIRE, 2011)

Segundo Gramsci, poderiam ser tidos como intelectuais os homens que exercessem funções de direção e organização da vida social. Entretanto, nem todos os homens exerceriam na sociedade a função própria de intelectuais - é necessário fomentar a subjetividade da vontade coletiva autônoma numa unidade política em torno de um projeto de construção de uma nova vida (YAMAUTI, 2005).

Os grupos sociais são organizados a partir das tradições locais e das ideologias às quais se encontram envolvidos. Ainda segundo Gramsci, os intelectuais orgânicos são sujeitos na organização de suas lutas e ações políticas e nos processos de formação de uma consciência crítica numa relação fundada no próprio pertencimento de classe (YAMAUTI, 2005). Vimos emergir nas visitas e entrevistas lideranças comunitárias que podem ser consideradas uma expressão orgânica dessa

classe. Esses sujeitos, ao analisar criticamente o contexto, fazer novas descobertas, difundir o conhecimento existente e apontar soluções para os problemas que vivenciam são fundamentais para o processo de construção da consciência dos indivíduos vinculados organicamente a sua classe, alavancando um processo de transformação capaz de contribuir com a emancipação e com a transformação social, potencializando e mobilizando os seus para a luta contra a opressão.

Jamais podemos desconsiderar os saberes e experiências prévias, já que segundo Freire (2011) a explicação de mundo de cada ser reflete a compreensão de sua própria presença no mundo.

(...) a inteligência de uma especificidade que vem sendo construída cultural e socialmente, e envolvendo também a cada sujeito ligado de forma direta ou indireta neste processo complexo. (FREIRE, 2011, p. 1107).

E assim, nessa prática de ver e ouvir o outro, pouco a pouco se esvai de certeza o discurso dominante que vem de cima-abaixo de quem acha que tudo sabe. Segundo o autor, quem escuta fala com o outro como sujeito ativo da escuta, e não como objeto de seu discurso. Tratando assim, de pertinências da resistência, da indignação, e do direito e dever de rebelar-se contra as transgressões éticas a que as minorias são vítimas, Freire deixou seu legado de humanidade e sabedoria:

O que quero repetir, com força, é que nada justifica a minimização dos seres humanos, no caso, das maiorias compostas de minorias que não perceberam ainda que, juntas, seriam a maioria. Nada, o avanço da ciência e/ ou da tecnologia, pode legitimar uma “ordem” desordeira em que só as minorias do poder esbanjam e gozam enquanto às maiorias, em dificuldades até para sobreviver, se diz que a realidade é assim mesma, que sua fome é uma fatalidade do fim do século. (FREIRE, 2011, p. 1306).

Assim falamos de meio ambiente, de recursos de vida e modos de sobrevivência.

Mediante tais argumentos, as interpretações ortodoxas delineiam um quadro de desintegração potencial daqueles sistemas, porquanto fadados ao aniquilamento pelo progresso social e pelo desenvolvimento das forças produtivas. Em suma, consideram que a expansão capitalista no campo necessariamente libera aquelas terras ao mercado e à apropriação individual provocando uma transformação radical das estruturas que condicionam o seu uso. Às análises econômicas assim elaboradas, soam, portanto, indiferentes quaisquer das particularidades que caracterizam as formas de posse e uso comum da terra, visto que jamais constituem um obstáculo insuperável ao desenvolvimento capitalista. (ALMEIDA, 2008, p. 41-42).

O princípio de grande parte dos conflitos está na forma como o homem lida com a natureza, instituindo a necessidade de privatização de bens comuns e mercantilizando os recursos naturais.

Os conflitos, em geral, representam a luta de classes e culminam na violência e em um enfrentamento simbólico à propriedade capitalista, que criminaliza, persegue, massacra, e efetiva desastres ambientais em desfavor dos pobres. As falas dos sujeitos corroboram com a história e nos mostra claramente a expressão de um processo de expropriação dos direitos sociais, da terra, dos conhecimentos e modos de vida tradicionais do mar e da floresta, e dos espaços comuns, culminando com a privatização ou o direcionamento do uso público de acordo com os interesses do estado. A conjuntura atual é adversa, com elementos do passado e peças que remetem a correlação de forças desiguais de retrocesso, de desmonte, de desconstrução e entreguismo.

Nosso desafio continua sendo a extrema desigualdade social, a distribuição do consumo e dos meios de produção, de tecnologia, de conhecimento, de educação, de condição de vida digna.

A oposição entre o campo e cidade antagoniza o que deveria estar no campo das diferenças, portanto é necessário pensar um outro equilíbrio da vida social para que as pessoas possam viver com condições dignas e infraestrutura. Resta claro que estes espaços e os seus recursos ambientais, assim como a educação, são bens em disputa pelos grupos econômicos em nosso país, principalmente por ter seu caráter estratégico.

A mobilização popular possui várias formas organizativas locais para além das convencionadas, já que as institucionalizadas têm operado numa letargia muito forte e de forma assistencialista pelas políticas públicas. O centro da arena política foi ocupado por outros agentes que não são aqueles que antigamente os representavam no embate. As lutas estão no imaginário social da comunidade, assim como as práticas que foram suprimidas e ainda existem na memória histórica, e têm no território e nas territorialidades um veículo para a sua manifestação novamente. A resposta para a expropriação é a ocupação como um processo de resistência.

A análise do “silêncio” das entidades representativas e dos pescadores e a recusa na participação das discussões relativas ao EIA RIMA, PDS e implantação do porto diz muito a respeito de suas posições sobre o futuro que se avizinha.

Podemos compará-la à espera dos vigias no tempo que antecede ao lanço das tainhas, tempo este em que se observam silenciosamente as condições propícias para que os cardumes sejam percebidos em movimento. Essa espera como temporalidade, como pseudo-movimento passivo e estado de discreta atenção sequer é notada pelos olhares menos sensíveis ou desatentos (DEVOS, 2016).

É na espera pelos cardumes na qual permanecem atentos aos sinais por longos dias, em que podemos, simbolicamente, resumir a prática fundamental da pesca na observação dos ciclos de relação dinâmica daquela natureza, da qual fazem parte suas redes de sociabilidade e seus modos de vida (DEVOS, 2016).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades tradicionais, através das suas organizações políticas e os movimentos sociais vêm se organizando para enfrentar vários desafios e violências impostas por empreendimentos empresariais, imobiliários, poder jurídico e poderes políticos locais, estaduais e nacionais. Na maioria das vezes estes “agentes” se somam para subjugar, expulsar e expropriar as comunidades tradicionais de seus territórios ancestrais. Não há estudos conclusivos acerca dos números da expulsão de diversos sujeitos do campo e das águas, mas é possível asseverar que a soma das violências físicas e simbólicas e as injustiças sobre os povos e populações tradicionais são enormes.

O mote principal dos conflitos que as comunidades pesqueiras vivenciam está em torno da territorialidade. Nesta pesquisa buscamos identificar os diversos conflitos vividos pelos pescadores artesanais em Pontal do Sul, mas o que consideramos maior agravante à perda dos modos de vida tradicionais são as ameaças, de vários tipos e com diferentes finalidades, de grandes proprietários sobre os territórios e territorialidades dos moradores locais. Não conseguimos neste estudo analisar a complexidade das forças sociais, políticas e econômicas que atuam no crescimento econômico em diferentes espaços na região, mas achamos importante esboçar essa breve contextualização do cenário atual.

De qualquer forma, essa problemática estimula uma análise que tem como preocupação os elementos externos que tem a capacidade de fazer emergir novas territorialidades na comunidade.

Para que os grupos sociais historicamente mais vulneráveis não venham a ser prejudicados com a implantação deste processo será preciso que tenham garantida sua condição de permanência na região, e assim vivenciamos no momento uma fase importante de resistência, lutas e negociações. Podemos apontar diversas situações em que grupos sociais afetados por diferentes projetos econômicos contestam o estado de privação e/ou risco a que estão submetidos, enfrentando seu problema a partir da mobilização com vistas à denúncia. Porém, as estratégias de resistência da comunidade contra a malvadez com que são atacados por várias frentes são de uma complexidade e intencionalidade que podem ser percebidas integralmente apenas com uma percepção ampliada sobre seu cotidiano.

Ainda assim somos pessimistas.

Pre vemos, caso se concretizem as propostas de progresso desenfreado e com desmedidas consequências, um “fim” trágico para a região. Considerando que eventos produzem movimentos de reconstrução e abrem portas para novos acontecimentos, e há chances reais de realizar ou de esgotar essas possibilidades em desfavor da população local, a depender dos fatores que o cercam. Eventos desse tipo, que envolvem um número maior de pessoas ou coletivos, e que são de grande porte ou magnitude, como a instalação de portos e a construção de estradas, precedem de rápidas reduções históricas de minorias e também de suas técnicas e meios de vida, já que culminam na degradação ambiental de grandes áreas.

Há ainda a possibilidade de associação ou o vínculo de um ou mais tipos de eventos de grande porte possam ocorrer em paralelo e afetar drasticamente, e de forma irreversível a região. São muitos fatores envolvidos, e os impactos estão atrelados – vinculado a urbanização e a industrialização, teríamos uma expansão fortíssima do mercado imobiliário e a vinda maciça de pessoas em busca de oportunidades de emprego, com o conseqüente inchaço da cidade; a intranquilidade e o desequilíbrio poderiam acompanhar esse fluxo de trabalhadores (roubo, insegurança, possível aumento da prostituição e do tráfico de drogas, violência) e culminar no esgotamento dos serviços básicos (água, saneamento, energia, lixo). Também problemas significativos de mobilidade urbana, saturação da malha viária, o aumento de congestionamentos e maior risco de atropelamento da população. Além da perda do potencial cênico natural, com o comprometimento da vocação turística, e a migração de turistas para outros balneários.

Os problemas são segmentados, mas se relacionam diretamente com a complexidade do cotidiano. A construção da estrada e o aquecimento do mercado de terras se relacionam diretamente aos danos ambientais em desfavor das comunidades tradicionais e os com menos posses.

Apresentar uma certa tendência simplista ou uma previsão dos impactos não é uma tentativa de solução, mas invariavelmente nos faz olhar e reconhecer a atuação desses agentes, os pescadores artesanais, sobre sua realidade social e as inserções locais e regionais de seus movimentos como sujeitos coletivos, o que nos permite compreender como eles propõem e agem como protagonistas de seus processos, com a finalidade de blindar e de muitas vezes reverter as perdas dos direitos adquiridos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto**. In: ACSELRAD, H. (Org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Drumará, 2004.

_____. **Conflito social e mudança ambiental na barragem de Tucuruí**. In: ACSELRAD, H. (Org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Drumará, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. **Territórios e territorialidades específicas na amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”**. Caderno chr / ufba, v. 25, n. 64, 2012.

_____. **Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”**. In: ACSELRAD, H. (Org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Drumará, 2004.

ANDREOLI, V. M. **Natureza e pesca: Um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos – PR**. Dissertação de Mestrado – UFPR. Curitiba, 2007.

ANDRIGUETTO FILHO, JM; NEGRELLE, R.R.B.; LIMA, R.E. **Desenvolvimento sustentável no litoral: o desafio das diferenças**. In: NEGRELLE, R.R.B.; LIMA, R.E. Meio ambiente e desenvolvimento no Litoral do Paraná – subsídios à ação. Curitiba: NIMAD- UFPR, 2002.

ANDRIGUETTO FILHO, JM. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no Litoral do Paraná**. BRASIL. Tese de doutorado. Curitiba, 1999.

BRANDÃO, C. R. **Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil**. RURIS, P. 37 – 64, volume 1, número 1, março de 2007.

_____. **Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares**. Cadernos de pesquisa, v. 39, n. 138, p. 715-746, set/dez. 2009.

ALMEIDA, A. W. B. **Territórios quilombolas e conflitos**. Caderno de debates nova cartografia social. Vol. 01, n. 02, Amazônia/ UEA edições, 2010.

BRASIL. **LEI Nº 11.959 de 29 de junho de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm . Acessado de dez/2017 a fev/2018.

CADERNOS IPPUR/UFRJ- **Instituto de pesquisa e planejamento urbano e regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, ano xiii, nº 2 ago – dez. 1999.

COSTA, A. C. G. **A Pesquisa Participante no Contexto dos Conflitos Ambientais na Comunidade de Pesca de Matinhos, Paraná.** Dissertação de Mestrado UFPR Setor Litoral. Matinhos, 2016.

COSTA, A. C.G; MURATA, A. T. **Conflitos socioambientais na criação de unidades de conservação: o caso do parque nacional marinho das ilhas dos Currais.** Revista hipótese, v. 1, n. 3, p. 48-63, 2015.

COSTA, A. C. G.; MURATA, A. T. **Discurso de atores sociais frente o uso e acesso aos bens naturais: o caso dos pescadores artesanais de matinhos-pr.** GEOUSP – Espaço e Tempo (online), v. 19, n. 3, p. 535-550, 2016.

COSTA, G.M.; COSTA, H. S. M. ; VEIGA, F. M. ; TALMA, M.M.P. **Planos diretores e políticas territoriais: reflexões a partir de transformações no vetor norte de expansão da região metropolitana de belo horizonte.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 119, p. 79-106, 2010.

COSTA, G.M. ; COSTA, H. S. M. ; VEIGA, F. M. ; TALMA, M.M.P. . **Planos diretores e políticas territoriais: reflexões a partir de transformações no vetor norte de expansão da RMBH.** In: XIV Seminário sobre a economia mineira, 2010, diamantina. Anais do XIV Seminário sobre a economia mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2010. v. 1. p. 1-20.

COSTA, H. S. M. **Grandes projetos de infraestrutura urbana e valorização imobiliária: notas a partir da experiência recente do vetor norte de belo horizonte.** In: BELO HORIZONTE: GESTA/FAFICH/UFMG, 2011.

DANTAS A.; PRONKO M. **Estado e dominação burguesa: revisitando alguns conceitos.** In: BARROS A.; BAHNIUK, C.; VARGAS, M. C.; FONTES, V. Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA). Rio de Janeiro: EPSJV, 2018, p. 73-98.

DENARDIN, V. F; ABRAHÃO, C. M. S.; QUADROS, D. A. (ORGANIZADORES). **Litoral do Paraná – reflexões e interações.** Editora UFPR Litoral. Matinhos, 2011.

DENARDIN, V. F; LOUREIRO, W; SULZBACH, M. T. **Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do icms ecológico no litoral paranaense.** Revista de desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2 p. 184-198,2008.

DEVOS, R. V.; VEDANA, V.; BARBOSA, G. C. **Paisagens Como Panoramas e Ritmos Audiovisuais: Percepção Ambiental na Pesca da Tainha.** São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41 - 58, 2016.

DIEGUES, A. C. S. **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas.** São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

_____. Enciclopédia Caiçara. v. 4. **História e Memória.** NUPAUB- CEC/HUCITEC, 2005.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** 4. ed. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Territórios e comunidades tradicionais**. Palestra proferida na mesa de encerramento do I Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável (UFPR), 2015, Matinhos (PR).

FERRAZ, A. L. M. C.; MENDONÇA, J. M. (ORGANIZADORES). **Antropologia visual: perspectivas de ensino e pesquisa**. ABA Publicações. Brasília - DF: ABA, 2014.

FERREIRA, M. R.; NEGRELLE, R. R. B.; ZANATTA, R. A. F. **Terra inválida, gente invisível: o caso das comunidades rurais extrativistas do litoral paranaense**. In: DENARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. de S.; QUADROS, D. A. (Orgs.). Litoral do Paraná: reflexões e interações. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra. São Paulo, 2011.

FURTADO, L. G. **Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia**. In: ACSELRAD, H. (Org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Drumará, 2004.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1 ed. Porto Alegre Editora da UFRS, 2009.

GERALDI-COSTA, A. C.; MURATA, A. T. **Conflitos socioambientais na criação de Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais**. Revista Hipótese, v. 1, n. 3, p. 48-63, 2015.

GODOI, M. A.; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. V.2: estratégias de reprodução social/ Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 331p.

HARDER, E. **A Constitucionalização dos Direitos Culturais no Brasil e os Sentidos de uma Perspectiva Patrimonial**. Curitiba, 2014.

HOROCHOVSKI, R. R. **Desatando nós: associativismo civil, democracia e empoderamento na colônia de pescadores de Matinhos, Paraná**. Tese de Doutorado – UFSC: Florianópolis, 2007.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em: <www.ibama.gov.br> Acessado de agosto a julho/2017.

IBGE. **Censo Demográfico e Resultados Preliminares do Censo Demográfico**. Disponível em:

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtm

IPARDES. **Cadernos municipais IPARDES**. Disponível em: <www.ipardes.gov.br> Acessado de setembro a dezembro/2017.

KOURY, M. G. P (Organizador). **Antropologia da Emoção. Ensaios Críticos**. João Pessoa, GREI, 2004, 155 p.

LAGES V.; BRAGA C.; MORELLI G.; SACHS I. ORGANIZADORES. **Prefácio territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. – Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Brasília, DF: Sebrae, 2004.

LANG, A. S. G.; CAMPOS, M. C. S. S.; DEMARTINI, Z. B. F. **História Oral, Sociologia e Pesquisa: a abordagem do CERU** – São Paulo: Humanitas/CERU, 2010.

LÓPEZ, G. L. **O método etnográfico como um paradigma científico e sua aplicação na pesquisa**. Palestra sobre o método etnográfico na ULBRA. Canoas, 1999. p. 45-50.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental: Dialogando com Paulo Freire**. Cortez Editora. Edição do Kindle. Vários autores. Bibliografia. 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2014.

LOUREIRO, C. F. B. e ALBUQUERQUE, E.C.P.T. **Sustentabilidade, exclusão e transformação social: Contribuições à reflexão crítica da Educação Ambiental e da Comunicação no Brasil**. Ambiente & Educação, v. 9, p. 85-104, 2004.

MARTINEZ ALIER, J. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Blumenau: Editora FURB, 1998.

MARTINS, A L. L. **Sobre usos da fotografia na prática de pesquisa: força persuasiva e/ou conflito de representações**. Imagem (fotográfica) e sociologia. (UFRRJ). Encontro anual Anpocs, 2006.

MARTINS, J. S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo, Contexto, 2008, 208 pp.

MINARI, N. B. **A proteção ambiental no ordenamento territorial: o plano diretor de pontal do paraná**. Dissertação de mestrado. Curitiba, 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Diretoria de educação ambiental; PHILIPPE P. L.(coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Parecer Jurídico Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.15.043964-7 – CAOPJDH - consulta prévia, livre e informada às comunidades tradicionais afetadas pelo empreendimento Porto de Pontal do Paraná**. 2016. Disponível em:

<<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/ParecerJuridicoMaciel.pdf>> Acesso em: 30/abril/2018.

NOVAES, S. **A construção de imagens na pesquisa de campo em antropologia.** Iluminuras, Porto Alegre, v. 13, n. 31, p. 11-29, jul./dez. 2012.

_____. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência.** Coleção história social do campesinato - 2008 a 2010.

OLIVEIRA, A. M. S. **Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. Pegada** - A revista da geografia do trabalho. V. 3 (2002) Pegada eletrônica (online) - Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, UNESP, SÃO PAULO.

OLIVEIRA, N. S.; MAIO, M. C. **Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil.** Soc. estado. Vol. 26 n. 3 Brasília Sept. /Dec. 2011. Print version ISSN 0102-6992. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922011000300006>.

PAULA, F. C. **Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia.** GeoTextos, vol. 7, n. 1, jul. 2011. F. Paula. P.105-126.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O Desafio Ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

PROJETO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA MARÍTIMA – **Projeto Orla – Plano de Intervenção na Orla Marítima de Pontal do Paraná.** Prefeitura municipal de Pontal do Paraná, 2004.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** (ebook digital) Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SANTANA, R H.; GRANDO, B. S. **Povos tradicionais e meio ambiente: Educação Ambiental numa perspectiva intercultural em Cáceres-MT**

SANTOS, M. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **O território e o saber local: algumas categorias de análise.** Cadernos IPPUR Ano XIII, nº 2. Agosto-Dezembro, 1999, p. 15.

SONDA, C. **Comunidades Rurais Tradicionais da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba: Caracterização Sócio-econômica e utilização dos recursos vegetais silvestres.** 193 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

SULZBACH, M. T.; DENARDIN, V. F. (organizadores). **A inclusão, a inserção, a interação, a investigação...: Os in(s) da extensão no Litoral do Paraná.** Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2013.

TEMÁTICAS ANTROPOLÓGICAS. **Culturas visuales. Hasta la pluralizacion de la cultura visual. Revista encartes antropológicos.** Volume 1, número 2, septiembre 2018- marzo 2019. Disponível em <http://www.encartesantropologicos.mx>

TIEPOLO, L. M. **A inquietude da Mata Atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobiçada.** Guaju, Matinhos, v.1, n.2, p. 96-109, jul./dez. 2015.

TUAN, YI-FU. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: DIFEL, 1980.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** 8.ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.

VERDE, V. V. **Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento.** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. Curitiba 2004.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

WANDERLEY, M. N.B. **A ruralidade no brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** En publicacion: Uma nueva ruralidade en américa latina? Norma giarraca. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, cidade autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001.

_____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas o rural como espaço singular e ator coletivo. estudos, sociedade e agricultura.** 15 de outubro de 2000, p. 87 – 145.

_____. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência.** Coleção história social do campesinato - 2008 a 2010.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida.** 2009, UFRGS.

WEID, O. V. D.; VANDENBERGHE, F. **Novas antropologias – introdução – a natureza da antropologia.** Cadernos do Sociófilo, sexto caderno, IESP/UERJ, 2015.

WORTMANN, K. **"A antropologia brasileira e os estudos de comunidade".** Universitas, n. 11, 1972.

YAMAUTI, N. **Gramsci: Os clássicos da teoria política revolucionária** (Portuguese Edition) São Paulo: Kindle, 2015. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-Grandes_projetos_de_Infraestrutura_urbana_e_valorizacao_imobiliaria_Vetor_Norte_de_BH.pdf.